



Assembleia Municipal de Sesimbra

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 28 DE JUNHO DE 2021

-----Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, no Cineteatro Municipal João Mota, em Sesimbra, realizou-se pelas dezanove horas, a Segunda reunião da sessão ordinária de junho da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.^a Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso e Maria da Conceição Nero Gonçalves, Primeiro e Segunda Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----2. Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva Avaliação e Prestação de Contas'2020 e Aplicação do Resultado Líquido do Exercício'2020;-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças:-----

----- Pelo Grupo Municipal (GM) da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, João Carlos do Carmo Valente, Paula Alexandra Cabela da Conceição Graça Rodrigues, Rui João Graça Rodrigues, Fernando José Mestre Patrício, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, José da Costa Ferreira Braga e Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes;-----

-----Pelo Grupo Municipal do PS – Sérgio Miguel Redondo Faias, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Paulo do Carmo de Sá Caetano, Andredina Gomes Cardoso, João Filipe Paulo Pólvora, Faustino Marques, Afonso Manuel Cardoso Pessoa e José Carlos de Almeida Fernandes Dias-----

-----Pelo Grupo Municipal MAIS SESIMBRA (PPD/PSD.CDS-PP) – José Manuel Lobo da Silva e Maria da Conceição Nero Gonçalves;-----

-----Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues;-----

-----Pelo Grupo Municipal do BE – José António Melo Nunes Guerra. -----

-----Compareceram ainda, a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia, a Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel de Jesus Gomes dos Santos e o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Vítor Ribeiro Antunes.-----

-----Comprovada a existência de quórum, 24 presenças, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram dezanove horas. -----

-----Verificaram-se também as presenças do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS), Francisco Manuel Firmino de Jesus, bem como dos Vereadores José Henrique Peralta Polido, Américo Manuel Machado Gegaloto e Carlos Manuel Vicente Silva.-----

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Estiveram ainda presentes o Chefe da Divisão de Gestão, Aprovisionamento e Património, Dr. Leonildo Cachão e o Dr. António Mendonça. -----

-----A **Presidente da AMS** começou por cumprimentar todos os presentes e justificou, em seguida a ausência da Vice-Presidente, Felícia Maria Cavaleiro da Costa, por motivos de saúde e do Vereador Francisco José Pereira Luis, que se encontrava em período de férias.-----

-----Justificou também a ausência das Deputadas Bertina Duarte e Andredina Cardoso, por motivos de ordem profissional, tendo sido substituídas pelos Deputados Afonso Pessoa e José Carlos Dias, respetivamente. -----

-----A Presidente informou ainda que esta sessão seria inteiramente dedicada ao ponto “Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva Avaliação e Prestação de Contas’2020 e Aplicação do Resultado Líquido do Exercício’2020” e lembrou que no próximo dia 2 de julho, se teria uma sessão já mais ampla e que, segundo a deliberação do dia 25 de junho, tal como havia sido combinado, teria “PAOD” e como Ordem de Trabalhos, teria como pontos a Apreciação da Atividade Municipal e a apresentação das Propostas da 18.ª edição da Assembleia Municipal de Jovens. -----

-----Foi depois cedida a palavra ao **Presidente da CMS** que cumprimentou todos os presentes e justificou a ausência do Vereador Sérgio Marcelino, por motivos de saúde, após a toma da vacina contra a Covid-19. De seguida, referiu que o Vereador José Polido, tal como o havia feito na Reunião Conjunta de todas as Comissões, faria uma apresentação do ponto da Ordem de Trabalhos “**Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva Avaliação e Prestação de Contas’2020 e Aplicação do Resultado Líquido do Exercício’2020**”. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Vereador José Polido** que cumprimentou todos os presentes e começou por dizer que este não tinha sido um ano fácil de preparar estes documentos, pois tinha sido feita uma transição do chamado POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) para o SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas). Referiu que esta transição, fruto também da pandemia que o município de Sesimbra tinha atravessado, não tinha sido fácil de fazer e que tinha sido uma adaptação muito complicada. Esta transição tinha-se iniciado em 2016 e, na sua opinião pessoal, achava que poderia ter sido adiada por mais um ano, até porque se estava em final de Mandato e essa teria sido uma boa solução para não ter de estar à pressa a tentar acudir aos “fogos” que foram surgindo e que alguns deles ainda continuavam a surgir. Referiu que havia muita informação e que, para se ter uma noção, eram mais de 80 documentos só para o Tribunal de Contas, com milhares de páginas. Teve de ser feito um trabalho enorme de reclassificação de todo o Património do município,

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

estando-se a falar de milhares de imóveis e recheios. Teve ainda ser feita uma reafetação de todos aqueles que tinham Fundos Comunitários e do proveito desses mesmos bens. Foi um grande trabalho desenvolvido pelos Técnicos da Câmara, levando também a que esta Prestação de Contas se tivesse atrasado um pouco. Disse também que este ano tinha ficado amplamente marcado pela Covid-19, pelas decisões que o município havia tido, em boa hora, no sentido de ajudar a economia e os munícipes, bem como todas as Instituições do Concelho, sem exceção. Disse terem sido feitas apostas a não deixar “cair” o Movimento Associativo de uma forma geral, e estava-se a falar do Movimento Associativo Cultural e Desportivo, para além de que as IPSS também haviam tido um papel preponderante no combate ao Covid e a Câmara Municipal de Sesimbra também apoiara, reforçando esses mesmos apoios, não só a essas Instituições, mas também na questão dos apoios escolares e no apoio às famílias. Referiu que perante a incerteza, a duração da pandemia e a queda acentuada abrupta dos rendimentos das empresas, tinha sido necessário, por parte da Autarquia, tomar algumas medidas extraordinárias e temporárias para mitigar o impacto negativo das situações na economia local. O Vereador passou a referir algumas:-----

----- A isenção de taxas municipais devidas pela ocupação do espaço Público pela utilização do espaço de vendas nos mercados e feiras constituiu um desagravamento para os comerciantes e outros empresários com as atividades no nosso concelho.-----

-----Disse que, em relação à alteração às normas de funcionamento das refeições escolares, às normas de auxílios económicos e as componentes de apoio à família, tal como havia referido há pouco, não tinha sido só através das IPSS que as famílias tinham recebido o apoio que necessitavam, mas também através da Ação Social Escolar.Referiu que as medidas de apoio alimentar aos agregados em situação vulnerável, a isenção de taxas municipais devidas pela publicidade, mercados e feiras, a prorrogação excecional e transitória de ocupação do espaço público para a ampliação das esplanadas, para que os nossos comerciantes não perdessem rendimento, uma vez que tinham que ter um afastamento, de Lei, entre as mesas tendo a Câmara Municipal decidido alargar, onde era possível, essa mesma possibilidade para que as esplanadas fossem maiores e para evitar a transmissão do vírus e para que os comerciantes pudessem trabalhar. Disse ter havido a suspensão de contratos de concessão e a redução de rendas relativamente aos equipamentos concessionados por parte da Autarquia e a isenção dos valores pagos pela utilização do espaço CAIES, situado em Santana, mais conhecido pela Incubadora das empresas. Referiu ainda a suspensão das tarifas de estacionamento público durante o estado de emergência e uma redução de 10% no escalão variável dos serviços urbanos. Houve também, para apoiar as famílias, a implementação de uma linha telefónica dedicada às famílias e às empresas para as pessoas

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

poderem receber alguma informação relativamente ao Covid. Houve algum encerramento de diversos equipamentos municipais tais como a Piscina, o Parque de Campismo, a Biblioteca, o Cineteatro, o Parque Augusto Pólvora, o Parque da Vila, o Centro Náutico e os Pavilhões Desportivos. Salientou que com estas medidas de mitigação durante o ano de 2020, a CMS tivera custos, deixando de ter receitas e com a contabilização feita, tinha havido uma despesa com pessoal a rondar 1.250.000,00€, pessoal esse especificamente afeto ao Covid, os chamados “linha da frente”, e houvera outros que estavam na linha da frente, mas não estavam aqui contabilizados como estando afetos ao Covid. Relativamente à aquisição de bens e transferências correntes, estava-se a falar de mais 560.000€ e por enquanto, a Autarquia tinha despendido na aquisição dos chamados EPI’s (Equipamentos de Proteção Individual) distribuídos por todo o Concelho, sobretudo pelas IPSS, lares, forças de segurança, pelos bombeiros tendo sido dado apoio a todos os que tinham solicitado apoio ao Município, estando-se a falar de verbas bastante substanciais para um Município da nossa dimensão, ou seja, 560.000€ mais 1.250.000€, para além dos 2.455.000€ que estariam projetados para a Autarquia receber, mas que não havia recebido, exatamente fruto das medidas anteriormente referidas, como taxas, licenças, multas e outras penalidades em cerca de 1 milhão de euros, feiras, mercados e ocupação da via pública em cerca de 170.000€, rendimentos de rendas de habitação, cerca de 18.000€, vendas de bens e serviços, e entenda-se aqui a questão da faturação da água e dos serviços urbanos em cerca de 670.000€, e outras receitas num total de 2.455.000€ ou seja, no geral, tinham sido quase 5 milhões de euros que a Autarquia tinha despendido, entre despendido e não receber, o que tinha afetado o orçamento no ano de 2020. Disse também que este ano tinha sido necessário fazer uma particularidade, pois o SNC-AP impunha outro tipo de regras, não só o tipo de mapas que tinha já referido mas também outro tipo de regras ao nível da própria execução orçamental e, como era sabido, antigamente, a podia projetar 1.000€ ou 100.000€ numa determinada rubrica ou e se fosse recebido 1.500€ ou 150.000€, ter-se-ia uma arrecadação de receita de cerca de 150% face àquilo que estava inicialmente projetado e, atualmente, não podia ser assim e tinha-se que refazer o Orçamento, não aumentando, mas redistribuindo o mesmo por algumas rubricas porque senão, haveria depois mais um problema quando as Contas fossem reportadas para o Tribunal de Contas, não bateriam certo e voltavam para trás.-----

-----Passando ao Orçamento propriamente dito, e relativamente à receita corrente, disse que, inicialmente no ano de 2020, tinha-se um orçamento de receita de 55.875.261,00€ e que tinha havido uma receita corrigida, também aqui fruto da incorporação do saldo, passando para 8.873.994€, dos quais tinha entrado nos cofres da Autarquia, de 54.439.062€, ou seja, 90,92% daquilo que estaria inicialmente

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

projetado. Salientou que a CMS dependia muito das receitas, as chamadas receitas correntes, em que tinha havido uma taxa de arrecadação de cerca de 92,09%, com 48 milhões de euros inicialmente projetados, tendo este valor passado para 49 milhões de euros com a dotação corrigida e recebido a Autarquia 45.839 milhões de euros. O Vereador disse que deste valor, o que tinha maior peso eram os impostos diretos e chamou a atenção que a Câmara tinha mantido sempre uma atitude responsável não tendo aumentado o IMI há pelo menos doze anos, disse que era preciso manter a receita estável e era isso que se fazia, ou seja, não onerar mais os munícipes. -----

-----O Vereador disse também que na questão da receita corrente, os impostos diretos eram aqueles que representavam o maior volume, mas também havia aqui um dado curioso, que de 2019 para 2020, o imposto mais importante para o município era o IMI, tinha sido recebido 13.575.354€ em 2019, e este ano, o valor seria de 13.575.968€, ou seja, mais 500 euros do que no ano anterior.-----

-----Relativamente à receita própria do Município, disse ter atingido 47 milhões de euros, ou seja, 1,1 milhões de euros inferiores a 2019, menos 2,36%. Na evolução da receita própria, os impostos continuavam a ser o que tinha um maior peso, e que tinham tido só uma oscilação de 0,63%, os impostos indiretos tiveram uma queda de 17,44% e a CMS tinha recebido 266.000€, quando no ano passado tinha recebido 323.000€, com uma particularidade que, nos impostos diretos, o seu bom comportamento, ou seja, os 0,36% de subida tinha tido a ver especificamente com um imposto em particular porque tinha um aumento de 357.000€ para 509.000€ na Derrama, com cerca de 152.000€ a mais e daí, haver um ligeiro acréscimo no impostos diretos, fruto do bom desempenho do tecido empresarial no ano de 2019, que se refletiu no ano de 2020. Referiu que era também fruto do investimento que tinha vindo a ser feito no Concelho para que estes bons resultados também aparecem e que não era fruto do acaso. Disse ainda que nas vendas dos outros Bens, onde se incluía os chamados Serviços Urbanos, a Autarquia tinha recebido tínhamos recebido 14.665.000€ em 2019 e que este ano, havia recebido 13.296.000€, ou seja, 9,34% a menos que no ano transato. -----

-----Relativamente às Receitas próprias, no ano de 2019, a CMS tinha recebido 18.267.000€ e este ano, esse valor tinha sido de 16.223.000€, ou seja, menos, 200.000€ de euros que no ano transato. Referiu que a evolução da receita cobrada tinha sido mais ou menos estável, quer no ano de 2019, quer no ano de 2020, quer nos anos anteriores, ou seja, tinha tido um comportamento um pouco achatado e não andava sempre para baixo e para cima porque tal como havia sido referido, era preciso ter uma solidez financeira para fazer face aos investimentos que se tinha pela frente, bem como os Projetos candidatados a Fundos Comunitários e que estavam em marcha, bem como outros, que não sendo da

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

responsabilidade do município, o município chamou a si os mesmos, mais concretamente o Centro de Saúde de Sesimbra e da Escola Navegador Rodrigues Soromenho e que se não fosse o município a arcar com a grande fatia das despesas, os mesmos não estariam no terreno e a responsabilidade era do Governo Português. -----

-----Relativamente às despesas, este teria que ser um orçamento equilibrado e portanto, ter-se-ia também os 55.875.261€, sendo que na execução da despesa, aquilo que tinha sido exatamente pago eram 50.835.000€, ou seja, 84,9%. O Vereador chamou ainda a atenção para algumas das rubricas, nomeadamente aquelas de capital que tinham uma execução inferior e isto prendia-se, única e exclusivamente com o avanço das obras e com a execução das mesmas. Como era sabido, aquando do lançamento de uma obra, a CMS tinha que fazer um caderno de encargos, caderno esse que iria para Concurso e se ao haver uma empresa que reclame desse mesmo Concurso, teria que se parar a adjudicação e depois, com o Covid, houve um grande atraso em grande parte das obras porque não se conseguia contratar pessoas, sendo que algumas delas tinham estado em quarentena, para além de que as empresas também tinham tido muita dificuldade em comprar os materiais no mercado e não tiveram só essa dificuldade, como os preços no mercado subiram exponencialmente, de uma forma a pique e este ano, havia um determinado tipo de bens a subir 30%, 40% e 50% e, eventualmente, alguns até quase o dobro e por esse motivo, haver uma taxa de execução baixa e, mesmo assim, a Autarquia pagava 10 milhões de euros nas aquisições de bens de capital.-----

-----Referiu que a despesa paga, em 2020, tinha sido de 50.835.000€ e que a despesa paga em 2019 havia sido de 50.475.000€, ou seja, foram pagos cerca de 400.000€ a mais em 2020 do que em 2019. ----

-----Quanto à despesa realizada, disse ter sido muito superior este ano, os 51.763.724€ contra 50.800.000€ em 2019 e que a despesa comprometida tinha sido ainda muito maior porque a CMS havia comprometido, fruto dos Projetos que tinha e que alguns deles estavam a terminar agora e outros ainda se iriam prolongar para 2022. Este ano, tinham sido comprometidos 56.678.000€ e, em 2019, o compromisso tinha sido de 54.165.000€. Disse que a despesa orçada em 2020 havia sido de 58.873.000€ e, em 2019 tinha sido de 60.000.000, daí haver uma taxa de execução relativamente mais ajustada do que no ano anterior. Em relação à despesa, disse que iria fazer uma distância entre despesa corrente e despesa de capital. Disse que nas despesas correntes, tinha sido realizada, no ano passado, 37.343.000€, das quais tinham sido pagos 36.600.000€, ou seja, cerca de 700.000€ tinham ficado em dívida e alguma desta dívida tinha a ver com certos encargos, nomeadamente com o pessoal e com aquisições de bens e serviços. Relativamente à despesa de capital, este ano, tinham sido realizados 14.420.000€ e pagos

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

14.218.000€, ou seja, havia uma diferença de cerca de 200.000€ entre uma coisa e outra e, esta despesa de capital realizada em 2020, tinha sido superior em cerca de 1 milhão de euros face ao ano anterior e a paga tinha sido cerca de 800.000€ porque, em 2019, a CMS tinha realizado 13.460.000€ e pago 13.424.000€. Nas taxas das execuções, na despesa corrente, tinha sido executado, tal como havia dito anteriormente, que para se lançar uma obra, tinha que se ter uma dotação orçamental, depois fazer um cabimento, comprometer esse mesmo cabimento, ou seja, assinar o contrato, a obra ou a adjudicação tinha que ficar, no máximo, pelo valor cabimentado e o valor realizado tinha que ficar, no máximo, pelo valor comprometido e o valor pago, por sua vez, também tinha que ser exatamente na mesma proporção, daí ter-se, nas despesas correntes, uma dotação inicial orçamental de 40.279.000€, com cabimentos de 38.854.000€, ou seja, 96,46% daquilo que estava dotado, e tinha sido comprometida em 38,5 milhões de euros, 95,63%, realizada 37 milhões e 343 mil euros, 92,71%, e paga 36 milhões e 617 mil euros, ou seja, 90,9% da despesa corrente. -----

-----Relativamente à despesa de capital, vulgarmente conhecida pelos investimentos e não só, porque também havia despesas de capital que não eram investimentos, tinham 19 milhões 594 mil euros, dos quais tinham cabimentado 18 milhões 938 mil euros (96,65), compromissados 18 milhões e 160 mil euros (92,68%) e realizado 14 milhões e 420 mil euros (73,59%), tendo a CMS pago 14 milhões e 218 mil euros.

-----Em relação às GOP's, estavam previstos 25.122.000€ e foram pagos 19.599.000€, ou seja, 79,45% das GOP'S inicialmente previstas. Referiu que estas GOP'S se dividiam entre a Educação, Cultura, Ação Social, Saúde, Habitação, Saneamento e Salubridade, Proteção Civil, Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público, Comunicação e Transportes, defesa do Meio Ambiente, Operações Financeiras e outras. Disse que tinham sido deixados, em 2020, compromissos para o ano seguinte, ou seja, aquilo que eram obras e atividades que não iriam parar e em 2021, já tinha ficado um compromisso e uma responsabilidade de 13.699.000€, para 2022, 7.867.000€, para 2023, 4.644.000€, e assim sucessivamente para os outros anos. -----

----- Relativamente à análise da despesa *versus* receita, disse que a receita cobrada tinha sido de 54 milhões de euros e que a despesa paga tinha sido de 50 milhões de euros, ou seja, tinha-se o chamado saldo de gerência para o ano seguinte de 3.603.000€, nada mais, nada menos do que o dinheiro que a Câmara tinha em Banco, propriedade do município, porque havia mais verbas em Banco, só que eram retenções feitas também das obras que se estava a fazer. -----

----- Relativamente ao resultado orçamental, disse que a receita corrente cobrada havia sido de 45 milhões de euros e a despesa corrente paga tinha sido de 36 milhões de euros, ou seja, o município tivera

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

a capacidade de libertar 9.222.416€ para fazer investimento, portanto, tinha sido esta a capacidade que o município tivera para libertar meios da sua receita própria corrente para fazer face aos investimentos. O Vereador acrescentou que se a Autarquia estivesse à espera do chamado FEF de Capital do Orçamento de Estado, que eram cerca de 250.000€, nada seria feito e acrescentou que o que tinha sido recebido este ano, fruto também da conjuntura e da introdução do SCN-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), tinha sido, literalmente, todo afetado a uma viatura, não tendo ultrapassado o valor da compra de uma viatura pesada para o município, tendo sido essa viatura alocada a essa mesma verba, até porque a Câmara era obrigada a alocar todas as verbas recebidas, como se fossem de Fundos Comunitários e que era afetada uma verba de Fundos Comunitários a cada obra específica, ou seja, havia uma consignação da receita para um determinado tipo de obras. Disse que, até agora, só havia a consignação da Derrama, também trazida para deliberação e que a partir de agora, a CMS tinha a consignação de todas as receitas que viessem do Estado.-----

-----Sobre a questão do endividamento municipal, disse que como sabiam, em 2012 havia uma dívida global superior a 30 e não era permitido aos municípios, fazerem a reconversão da sua dívida de curto prazo em dívida de médio-longo prazo, ou seja, ninguém fazia obras para amortizar com dinheiro à ordem, sendo necessário recorrer a um empréstimo para pagar uma obra específica para a pagar, em 10 ou 15 anos, sendo os equipamentos utilizados e amortizados. Disse que nessa altura, a Autarquia tinha recorrido ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), a única forma que o Governo, na altura, permitia que os municípios pudessem reverter a sua dívida de curto prazo em dívida de médio longo prazo e daí para cá a dívida global da Autarquia já havia diminuído cerca de 18,6 milhões de euros, ou seja, 11,8 milhões de euros em dívida bancária e 6,8 milhões de euros na chamada dívida aos fornecedores e aos credores. Referiu que tinha sido feito um esforço muito grande e que tinham sido obtidos excelentes resultados até hoje, sobretudo na questão do endividamento bancário e que a última taxa de juro que se tinha tido para um empréstimo de curto prazo de 2 milhões de euros de euros tinha sido de 0,1% e que tinha havido outra no valor de 1,1% para 1.380.000€ de empréstimo a média-longo prazo, sendo taxas excelentes, revelando que perante a Banca, o município de Sesimbra estava no *rating* máximo, motivo pelo qual conseguia obter estas taxas de financiamento. Disse ainda ter sido ponto de honra do município, não falhar uma única prestação dos empréstimo e, para além disso, aquando da adesão ao PAEL, o Estado Português também havia brindado os municípios, se bem que a CMS já estivesse com dificuldades mas tivera que subscrever um instrumento financeiro chamado FAM (Fundo de Apoio Municipal), ou seja, um Fundo constituído por todos os municípios que teria de ser subscrito e

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

pago, integralmente, para além das dificuldades, no valor de 1.042.618,50€ , tendo o município de Sesimbra já pago a totalidade das unidades de participação deste mesmo Fundo.-----

-----Relativamente aos Recursos Humanos, também apesar de todos os constrangimentos, apesar de se terem realizado menos Ações de Formação no ano passado, menos consultas médicas, menos refeições nos refeitórios, ainda foi possível fazer alguns Concursos, tendo entrado mais 36 assistentes Operacionais para os nossos quadros e houve também reclassificações de alguns funcionários, bem como mobilidade intercarreiras de Assistente Operacional para Assistente Técnico e de Assistente Técnico para Técnico Superior, ou seja, 45 progressões ou demissões no total, no município de Sesimbra. -----

-----O Vereador disse ainda que tinham sido feitas menos Formações Externas e Internas do que no ano passado e que sempre que tinha sido possível, nesta área dos Recursos Humanos, tinha sido implementado, a nível interno, o teletrabalho, a rotação ou o desfasamento de horários para evitar o contágio e propagação do vírus do SARS-CoV-2.-----

----- Ainda sobre o endividamento bancário, disse que a Autarquia tinha cerca de 3 milhões de euros de dívida corrente, com um prazo médio de pagamento inferior a 30 dias e que no final do ano, a dívida à Banca era de 11.189.000€ e que, a partir de 2027, se tudo se mantivesse tal e qual como estava neste momento e com os atuais empréstimos, a dívida a pagar aos Bancos situar-se-ia na ordem dos 130 mil euros/ano. -----

-----Em relação às obras realizadas, relativamente à Educação, disse que tinha sido feita a ampliação e conclusão das obras da Escola Básica nº2 da Quinta do Conde e que, neste momento, estavam a realizar-se trabalhos exteriores e no campo de jogos. Disse ter sido feito um acordo com o Grupo Desportivo e Cultural do Conde 2 no sentido de se poder desativar o seu campo de jogos e depois poder utilizar este espaço. Teve início a requalificação e ampliação da Escola Navegador Rodrigues Soromenho, na freguesia de Santiago, foram feitas várias beneficiações na rede pública do concelho ao nível do pré-escolar e do 1º Ciclo, escolas estas ao encargo do município, bem como beneficiações em espaços de jogos e recreio, desenvolvimento de vários Projetos Educativos com as escolas, apesar da conjuntura, foram mantidos os transportes escolares para todos os alunos até hoje e sempre que tinha sido possível. Acrescentou que nesta execução orçamental, estava incluído 1 milhão de euros que o município pagava honradamente para o investimento no transporte e na mobilidade dos munícipes do nosso concelho e que ficava imediatamente retido na AML. -----

-----Referiu que a Autarquia continuava a apoiar os Programas de combate à obesidade, houvera um reforço da Ação Social Escolar, sobretudo direcionado aos alunos do 1ºciclo do ensino básico, a

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

aquisição de imobiliário, a continuação da atribuição dos apoios financeiros aos Agrupamentos de Escolas e houve também a manutenção dos Protocolos com as IPSS's. Era sabido que se não fosse o apoio por parte dos municípios, muitas das IPSS's teriam passado por dificuldades e uma delas, especificamente, tinha a ver com os Bombeiros Voluntários, cuja principal fonte de receita era o transporte de doentes e que, com o COVID e com o cancelamento de milhares de consultas, obviamente que não iriam despedir os funcionários, mas tinham passado por algumas dificuldades. -----

-----Em relação à área da Cultura e Bibliotecas, disse ter tido lugar a reabilitação da Nossa Senhora do Cabo Espichel e da zona envolvente ao estacionamento, bem como a realização do respetivo aqueduto. Deu-se início à requalificação da Capela de São Sebastião, em Sesimbra, o último monumento que estava na posse do município e que carecia de ser reabilitado, estando a obra já no terreno. Houve também várias conclusões de infraestruturas nas áreas específicas de eletricidade, telecomunicações, água e saneamento e houve ainda a atribuição do Prémio Científico de Sesimbra. Relativamente ao Desporto e Juventude, continuou-se a fazer a manutenção e melhoria da Piscina de Sesimbra para uma maior eficiência de modo a gastar menos energia da rede pública e ser mais amiga do Ambiente, com a instalação de painéis, sistemas novos de reciclagem da água. Foi feita ainda a beneficiação e conservação dos pavilhões desportivos da Quinta do Conde e de Sampaio, e o da Quinta do Conde era onde funcionava o Centro de Vacinação do Covid no Concelho. Realizou-se também a tradicional Regata de Aiolas, a realização, também, do Corta-Mato concelhio, foi feita a manutenção do Centro de atividades náuticas na Lagoa de Albufeira e ainda a deslocalização dos "Spot Jovem" para o Parque Augusto Pólvora, na freguesia do Castelo. -----

-----Relativamente à Ação Social, foram desenvolvidos vários Projetos de apoio alimentar, com o reforço dos apoios alimentares das pausas escolares, bem como a manutenção e alargamento do apoio financeiro e o alargamento das respostas sociais em termos de equipamentos, continuava a ser dado o apoio aos sem-abrigo com a doação de alimentos e vestuário e ainda o acompanhamento nos casos de saúde. Continuava também a ser dado apoio a quem tinha mais dificuldades, com o Projeto REMAR, para a realização de obras, sobretudo de adaptação, às suas habitações, processo este que passava pela avaliação dos Serviços da Ação Social, em parceria com a Segurança Social, trabalho este feito internamente. -----

-----Em relação à Saúde, foi feito o lançamento da construção da nova Unidade de Saúde de Sesimbra, bastante ansiada pela população da freguesia de Santiago, continuava a haver o Projeto da "Farmácia Solidária", ainda com a adesão à rede Portuguesa de Cidades Saudáveis. -----

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Em relação à Habitação e Urbanismo, o Vereador disse ter tido início a requalificação da construção do Bloco da Mata, que avançava a bom ritmo, ter sido feita a manutenção do parque habitacional nas várias freguesias e também a reabilitação de muitos fogos, uns com recursos próprios e outros com recurso a prestações de serviços e a Concursos externos. Continuava também a ser feita a Revisão dos trabalhos do PDM, que se esperava que no próximo ano estivesse já em vigor. Foi feita ainda a aquisição de alguns imóveis, sobretudo na freguesia da Quinta do Conde, entenda-se aqui, alguns lotes de terreno para resolver algumas situações de municipais que não quiseram permutar com a Autarquia ou outros que o município já estaria a utilizar, nomeadamente com alguns equipamentos ou com estradas ou jardins. -----

----- Relativamente ao saneamento e salubridade, disse ter sido concluída a rede de saneamento do sistema Lagoa-Meco, do Zambujal Poente e Azoia, bem como a extensão das redes de coletores dos ramais na Quinta do Conde, a manutenção das estações elevatórias, a construção de um novo canil/gatil chamado CROAC (Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia), uma obra com um volume substancial financeiro que a todos devia orgulhar, para a criação de condições aos nossos animais, tendo sido feito um trabalho, nesta área, a todos os níveis notáveis para o município de Sesimbra porque a nível de esterilização, Sesimbra era dos municípios que mais esterilizava e também aquele que, para a sua dimensão, mais animais dava para adoção. Referiu que neste campo, havia parcerias com a Associação Bianca, que desenvolvia um excelente trabalho aqui no concelho, e com uma outra Associação com a qual a Câmara tinha recentemente feito um Protocolo, chamada “O Cantinho da Mi” que também apoiava alguns animais porque, como era sabido, o canil municipal também estivera em sobrelotação tendo havido a necessidade de uma outra parceria.-----

-----Continuando a sua intervenção, o Vereador disse também ter sido feita a conservação das redes gerais de águas pluviais e residuais, com o reforço da periodicidade da desinfeção da rede de esgotos. Foi feito o lançamento do Concurso para os pluviais no Casal do Sapo, Concurso esse que ficou deserto, mas o trabalho estava feito e voltaria a ser lançado, esperando-se que a obra fosse rapidamente para o terreno. Foi também feita uma reabilitação de infraestruturas de saneamento na Almirante Reis na Quinta do Conde, construída uma estação elevatória no canil/gatil, que também dava apoio à Associação Bianca, obra esta para dar resposta aos problemas que a própria Associação tinha. Disse que esta estação estava instalada num terreno cedido pela Câmara Municipal à Associação Bianca, exatamente porque ficava mais em baixo e recebe o esgoto da Autarquia e também o deles que fazer depois era bombado para a rede de saneamento do município. Foi realizado um reforço do Projeto REMOVE com a contentorização e

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

que o mesmo seria alargado à Maçã e depois, pelo menos mais 2 ou 3, sucessivamente.-----

-----O Vereador disse ter sido elaborada uma Candidatura ao bio-resíduos, recentemente aprovada, e que iria contemplar 105 estabelecimentos de restauração e bebidas, na freguesia de Santiago e do Castelo, e milhares de habitações na Quinta do Conde, com o qual se esperava tirar alguns resíduos chamado “lixo indiferenciado”, para ser valorizado no composto e para depois poder vir a ser utilizado, sobretudo da agricultura. Tratava-se de um Projeto bastante ambicioso, também inserido noutros Projetos como o “Porta-a-Porta” e, para além deste, havia ainda outro Projeto que não pertencia a esta área, mas que tinha a ver com a telemetria e com a gestão inteligente dos contadores de água, para o qual já havia um Projeto-piloto que tinha corrido muito bem e que iria ser alargado, ainda este ano, a algumas localidades do nosso território. Foi também feita a conservação dos cemitérios municipais, com pinturas no cemitério da Quinta do Conde, instalações de sistemas de rega no cemitério do Castelo e algumas obras também no cemitério de Sesimbra, não ao ritmo que seria desejado porque, infelizmente também não havia mão-de-obra suficiente para poder dar uma melhor resposta. Disse que nestas áreas, também tinham sido adquiridas viaturas e continua-se a adquirir, estando concursos a ser desenvolvidos para tal.-----

-----Em relação à Área do Paisagismo e Ambiente, disse que a manutenção do Parque Augusto Pólvora continuava a ser feita, bem como do Parque da Vila, na Quinta do Conde. Foi também aberta a Lagoa de Albufeira, foi atribuída a Bandeira Azul nas Praias do Ouro, Califórnia, Moinho de Baixo e Lagoa-Mare, para além disso, das 53 praias com poluição “zero” no País, Sesimbra tinha sido contemplada com 3 praias com esse galardão, atribuído por uma Associação Ambientalista, e isso era muito gratificante e significava que se estava no bom caminho, querendo isso quer dizer que pelo menos, desde há 3 anos, essas mesmas praias tinham poluição “zero” e isto era também fruto do trabalho da Autarquia, dos seus trabalhadores e também do civismo de quem visitava o município de quem cá residia.-----

-----Acrescentou que continuava a ser feita a manutenção do Espaço Interpretativo da Lagoa Pequena e disse que ainda hoje atinha sido adjudicada mais uma casinha para observação das aves, que era um dos sítios mais importantes na observação das aves na nossa Península e continuava-se a melhorar os equipamentos com a aquisição de equipamentos de jardinagem.-----

-----Na Proteção Civil, foi feita a aquisição, também, de vários equipamentos e vestuário de proteção individual. Para além do combate à Covid, Proteção Civil também tinha estado na linha da frente na limpeza das vias e no arvoredo que estaria em risco, foi mantido o Protocolo com os Bombeiros Voluntários, foi elaborada uma Candidatura ao novo Centro Operacional da proteção Civil, a instalar em

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Santana, no CAIES, no espaço reservado a um campo de jogos quando esse espaço ainda era uma escola primária. Foi ainda adquirida uma viatura de combate rápido aos incêndios para reforçar a capacidade de resposta, também foi feita uma atualização aos Planos de Emergência em Defesa da Floresta contra incêndios e entrou, também, em funcionamento o Conselho Municipal de Segurança. -----

-----Relativamente ao abastecimento de água, destacou a beneficiação da Central da Apostiça e as infraestruturas de captação de 6 furos e recordou que, neste momento, havia um furo na zona da Aiana que conseguia, caso houvesse algum imprevisto, abastecer a Lagoa de Albufeira, Meco e Alfarim, sendo um furo que tinha bastante produção e essa infraestrutura já estava em funcionamento, dando alguma margem, para no caso de haver algum problema com algum furo, poder-se colocar água nas Freguesias de Santiago e do Castelo. Relativamente à Quinta do Conde, disse que os sistemas também estavam interligados e que se a Autarquia necessitasse de água na Central da Apostiça, também podia trazê-la da zona das Courelas da Brava. Foi também equipada a captação do RA 12 na Cabeça do Melão, foi feita a manutenção e substituição de muitos quilómetros de rede com a substituição de todas as condutas de água e que, normalmente, o munícipe só conseguia estava pavimentado, alcatroado ou que o passeio estava em condições, tendo sido feitos vários quilómetros de substituição da rede de águas à medida que iam sendo feitos os passeios nas 3 freguesias do Concelho. Disse que se continuava a manter o controlo no Programa da qualidade da água, e que a água do concelho de Sesimbra era de excelente qualidade, sendo ainda feitas algumas análises a mais do que aquelas que eram necessárias para os volumes captados e que, as pessoas não tinham essa noção, mas a Autarquia tinha que pagar, ao Estado Português, o volume da água captado, sendo necessário informar, para que depois o Estado enviasse a fatura. -O Vereador referiu que tinha sido feita uma remodelação total das condutas da Serra da Azoia e na Aldeia Nova da Azoia e, neste momento, estava-se num procedimento para trazer também a conduta nova desde o moinho na Azoia até ao depósito junto ao posto de vigia no Facho da Azoia para toda essa zona ficar com novas infraestruturas, e que seria uma das zonas a interencionar com novo sistema de telemetria, ou seja os contadores inteligentes, porque era uma daquelas que ficavam mais longe ao centro da Vila. Teve ainda início a colocação dos equipamentos de controlo de pressão (caudalímetros) na rede, com o lançamento de um Procedimento para esta instalação que estava a ser feita, para se ter as chamadas ZMC (Zonas de medição e controlo), para saber onde é que se tinha maiores perdas, onde é que estava, eventualmente, a ser furtada água. -----

-----Em relação às Atividades Económicas, foi desenvolvido o Projeto das Hortas Solidárias, sobretudo em Sampaio e na Quinta do Conde, culminando agora com a instalação de uma vinha. Continuava a ser

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

dado o apoio ao Cabaz PROVE, Comemorações do Dia do Mar e Dia do Pescador, Cabaz do Peixe e disse que Sesimbra tinha sido o primeiro município a lançar, quer um, quer outro produto e, felizmente, estava-se a sua replicar de norte a sul do País com bastante sucesso, tratando-se de processos que iam diretamente do produtor para o consumidor com ganhos evidentes para ambas as partes. -----

-----Relativamente à Toponímia, Trânsito, Transporte e Rede Viária, apesar de não ter sido feito aquilo que todos gostariam devido a alguns Concursos terem ficado “desertos”, foi intensificado o Programa de reabilitação da Rede Viária do Concelho. Continuou-se a realizar as obras de urbanização, sobretudo na Augi 70, na Lagoa de Albufeira, que ficou concluída. Foram executados diversos passeios e ruas na Quinta do Conde, com especial atenção para aquilo que estava a ser feito agora na chamada mobilidade urbana, que eram as redes pedonais e zonas cicláveis, de Santana à Cotovia, do Zambujal à Corredoura, entre outras.-----

-----Foram ainda adquiridas viaturas e equipamentos para esta área do Trânsito e Toponímia, sobretudo viaturas pesadas foi também dada uma especial atenção às pinturas de sinalização horizontal e às passadeiras de peões, que passado pouco tempo, com a circulação, precisavam de ser reavivadas e, era isso que estava a ser feito neste momento, bem como o rebaixamento dos lancis nas zonas das passadeiras, na Quinta do Conde. -----

-----Relativamente à Modernização, Qualidade, Comunicação e Logística, disse ter havido uma melhoria nas instalações dos serviços na Fonte de Sesimbra e na Quinta do Conde que tinham culminado na semana passada, com a pavimentação da zona onde estava instalado um posto de combustível novo, onde existia uma zona de lavagem e, toda essa zona tinha sido pavimentada, criando umas condições excelentes para acomodar as viaturas da Autarquia, e também com uma zona de videovigilância de toda a zona para evitar furtos nos equipamentos. Houve também a manutenção de vários equipamentos municipais, continuava a ser feita uma ampliação e modernização do Sistema Informático, uma área na qual eram investidos, anualmente, quase cerca de 1 milhão de euros, que tinha a ver, não só com os *softwares*, como também com a aquisição dos próprios equipamentos. Nesta área, estava também incluída a renovação da frota automóvel, continuava-se a adquirir vários equipamentos de vestuário para os Serviços para que tivessem todas as condições para desenvolver as suas tarefas e foi também desenvolvido o Programa de Eficiência Energética nos edifícios municipais. Para além disso, disse que o município de Sesimbra também tinha a contabilidade de custos, continuamos a ser desenvolvida e que estava em “velocidade cruzeiro”.-----

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Terminada a intervenção, tomou do uso da palavra a **Presidente da AMS**, que agradeceu a apresentação feita pelo Vereador José Polido, bastante mais pormenorizada do que a que tinha sido feita no passado dia 21. -----

-----Interveio de novo o **Vereador José Polido**, que disse que esta matéria tinha sido alterada da passada sexta-feira para a Sessão de hoje, exatamente devido à questão do Parecer do ROC, que passou a ler: -----

-----*“Face ao exposto, o revisor Oficial de Contas é de Parecer que os documentos da Prestação de Contas do Município de Sesimbra, referentes ao exercício 2020, se apresentam elaborados de acordo com os princípios contabilísticos legalmente aplicáveis a este setor, incluindo o que se contém na Certificação Legal de Contas. Finalmente, o Revisor Oficial de Contas deseja agradecer à Câmara Municipal e aos seus Serviços, toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.”* -----

----- A **Presidente da AMS** disse que este Parecer já era do Conhecimento dos Deputados, cujo envio tinha sido feito na passada sexta-feira. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado José Carlos Dias**, que cumprimentou todos os presentes e perguntou quanto é que já tinha sido gasto, este ano, na abertura e reabertura da Lagoa de Albufeira. Ainda sobre a Lagoa de Albufeira, disse que tinha sido abordado por várias pessoas que lhe tinham questionado sobre os caixotes do lixo os na Lagoa, que estavam estragados, com as tampas partidas e com pedais de pés que não funcionavam e que, devido à pandemia, este assunto era pertinente e tinha a ver com a Saúde Pública. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado João Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e começou por dizer que se estava perante a avaliação de todos os Bens, Direitos e Obrigações patrimoniais, Prestação de Contas de 2020 e Aplicação do resultado Líquido do Exercício. Disse que assim, conforme a Lei determinava, as Contas tinha sido apresentadas ao abrigo do novo Normativo Contabilístico e, como era evidente, qualquer alteração contabilística implicava ajustamentos e de acordo com os dados fornecidos, e bastava ver a coluna relativa ao ano de 2019 no Mapa da Demonstração de Resultados, que não estava preenchida por os dados não serem comparáveis, informação prestada pelo Vereador José Polido, em resposta à interpelação por si efetuada na reunião conjunta das Comissões, na passada segunda-feira. Por este motivo, não era permitida uma análise fiável da evolução das diferentes rúbricas. -----

-----Sobre esta votação, e não se tratando de um comentário relativamente à Autarquia, e relativamente ao enquadramento da mesma nas 308 Autarquias do País, disse que as Assembleias

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Municipais apreciavam, positiva ou negativamente, o Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais que, na prática, nesta Assembleia, se representava numa votação a favor, contra ou com a abstenção porque as Assembleias tinham uma natureza colegial. Para algumas pessoas, tratava-se de uma avaliação política, o que não percebia, mas que se se quisesse uma votação política, que fosse feita sobre a Atividade Municipal ao longo do ano, por exemplo, sobre a gestão Autárquica, incluindo as opções políticas e, evidentemente, a análise das Contas do Exercício e por este motivo, o resultado da votação sobre o Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais não tinha qualquer efeito prático e questionou o que é que se estava hoje a votar. -----

-----O Deputado disse que, como forma de protesto, o Grupo Municipal do MSU tinha pensado em não votar este ponto, mas que o iria fazer e apresentar uma Declaração de Voto neste sentido. Apelou ainda às Forças Políticas com assento nesta Assembleia Municipal e, simultaneamente, com assento na Assembleia da República, que analisassem o enquadramento desta votação e que, pelo que tinha referido, julgava valer a pena fazer-se uma análise a bem da clarificação daquilo que era votado e qual o seu enquadramento global. -----

-----Sobre a sua intervenção na última reunião da Assembleia, realizada na passada sexta-feira, disse que este ponto tinha sido bem adiado por os documentos não terem sido, atempadamente, recebidos e que para uma apreciação do Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais por parte desta Assembleia, era obrigatória a apresentação do Relatório e conclusões da Auditoria, bem como o Parecer do Revisor Oficial de Contas e que, para a sua aprovação na Reunião de Câmara, tal documento não se afigurava necessário. Neste caso, não estava em causa se a Lei exigia ou não, e a sua intervenção era para reclamar do sentido das coisas, não estando em causa nenhum Vereador nem o Presidente e as pessoas tinham, de ter em conta que aquilo que estava a falar não era em relação a nenhum dos presentes, mas sim de uma noção Geral do País e que, enquanto cidadão, se sentia mal. Referiu não deixar de ser curioso que os Vereadores fossem chamados a votar sem terem qualquer envolvimento diário na gestão autárquica, por não terem Pelouros, ainda para mais tratando-se de cargos políticos resultantes de eleições assentes em Projetos e pontos de vista muito diferentes daqueles de quem estava a gerir a Câmara que, neste caso, era a CDU, como poderia ser outra Força Política. Garantiu que, se fosse Vereador, nunca votaria sem aqueles documentos e que uma das responsabilidades do Revisor de Contas consistia em ter segurança razoável sobre as demonstrações financeiras como um todo, estando isentas de distorções materiais devido a fraude e a erro. -----

-----Continuando a sua intervenção, o Deputado João Rodrigues disse que havia 308 Câmaras

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Municipais e questionou se era impossível, um dia, um Auditor Externo detetar uma fraude grave com implicações relevantes em termos contabilísticos e que, deveria ser obrigatório, por Lei, que os Relatórios, Pareceres externos e do Revisor Oficial de Contas acompanhassem os documentos contabilísticos submetidos à aprovação das Câmaras Municipais. -----

-----Era sabido que, em breve, se estaria em Eleições Autárquicas e que aquilo que tinha referido sobre a pouca razoabilidade desta votação, nos moldes em que era feita, nada tinha a ver com a Autarquia de Sesimbra e respetivo Executivo. -----

-----Relativamente à Aplicação de Resultados, a votar separadamente tal como tinha acontecido na reunião de Câmara, disse que o MSU iria votar favoravelmente e que em relação ao ponto anterior, iria abster-se. Em relação à realização de saldos, um subponto dos Resultados, disse que, apesar de o MSU entender que nas transições contabilísticas aparecessem sempre saldos por regularizar, e estava-se a falar de um valor a crédito de cerca de 14 milhões de euros, e a débito, de 5,5 milhões de euros com transferência para reservas de cerca de 8,5 milhões de euros, que era aquilo que se propunha em relação aos resultados. Agradeceu a disponibilidade e rapidez na resposta às explicações técnicas recebidas por escrito aos esclarecimentos solicitados, por parte do Dr. António Mendonça, e disse que o voto do MSU seria favorável. Para terminar, o Deputado disse que não gostava de louvores sistemáticos aos funcionários nem aos colaboradores, mas ainda assim, reconheceu e agradeceu o trabalho desenvolvido pelos Técnicos da Contabilidade da Autarquia. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado João Pólvora** que cumprimentou todos os presentes e disse que as suas palavras se vinculavam a si mesmo. Começou por dizer que, no seu entender, este era um Relatório de Contas especial por ser de fim de Mandato e também que espelhava a fase mais difícil da crise pandémica. Referiu-se às palavras do Deputado João Rodrigues, que referira que o Relatório do ROC deveria ser apresentado antes da reunião do Executivo, mas a questão era difícil porque o ROC só se podia pronunciar sobre as Contas depois das mesmas terem sido aprovadas pelo Órgão Executivo porque qualquer documento que estivesse a ser validado antes das Contas serem aprovadas, não tinha nenhum valor. Referiu que o Vereador José Polido havia referido, por várias vezes, o SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para administrações públicas), uma mais-valia para o Executivo Municipal e para os Deputados Municipais fazerem o seu trabalho e que até hoje, qualquer Deputado Municipal deste País não conseguiria avaliar as Contas de uma Autarquia numa lógica de compromissos mas sim numa lógica de Fluxos de Caixa e que todos os entendidos nas matérias financeiras diziam que a forma correta de avaliar a situação patrimonial e financeira de um Estado e de uma Autarquia era desta forma,

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

como previa o SNC-AP e por isso, ainda bem que estava, finalmente, implementado, até porque a sua implementação já tinha sido várias vezes adiada pelo Governo Central. Disse terem sido também referidas as taxas de financiamento e que esta questão não era assim tão fácil de avaliar a veracidade das suas propostas porque esta taxa acabava por estar relacionada com a taxa de financiamento do País, havendo depois um Prémio de Risco face a essa realidade e seria importante perceber-se se esse Prémio de Risco atribuído à CMS era assim tão diferente das restantes 307 Câmaras do País.-----

-----Referiu ainda que, muitas vezes, estes Relatórios falavam na questão da estrutura funcional da nossa Autarquia e que Sesimbra era uma das 20 Autarquias com mais funcionários por habitantes do País e também onde os custos de pessoal mais continuavam a crescer e todos os anos, o Vereador falava da dificuldade em ser dada resposta a certas situações e, nomeadamente, também à produção de documentação financeira. Questionou o Vereador José Polido qual a estrutura que seria necessário ter para ser dada resposta a esta documentação, uma vez que a CMS se encontrava entre as 30 Autarquias do país com mais custos com pessoal. Sobre a Receita Fiscal, disse que aumentava e nunca era estável e que eram as taxas e, devia perguntar-se se se queria manter a mesma estável ao longo do ano ou se não se deveria reduzir essas mesmas taxas.-----

-----Relativamente ao PAEL (Programa de Apoio à Economia Local), disse ter tido oportunidade de, na Faculdade, ter tido aulas, com um Professor de Economia, José César das Neves, que tinha sido assessor do Primeiro-Ministro Cavaco Silva, na altura e que referia, muitas das vezes ironicamente, que a Economia Portuguesa era mais forte do que a Economia Alemã porque esta última tinha ido à falência no final da Segunda Guerra Mundial e que a Economia portuguesa não ia à falência há 150 anos, pois sempre que necessitava, tinha quem a apoiasse.

Salientou que da forma como o Vereador falava, parecia que a CMS não precisava de recorrer ao PAEL. -

-----Sobre o Relatório do ROC, o Deputado disse que o tinha achado com uma qualidade muito melhor do que o produzido anteriormente. Disse não recomendar a aprovação do mesmo que, no seu entender, era um excesso que o anterior Revisor Oficial de Contas cometia, mas que validava que as Contas estivessem efetuadas de acordo com os Princípios Contabilísticos em vigor. Disse que o documento tinha reservas e enfase, mas que seria importante que o Vereador elencasse os mesmos e explicasse à Assembleia Municipal se estas reservas eram resultantes de opções da CMS ou de alguma outra situação, o que seria importante perceber.-----

-----Continuando a sua intervenção, o Deputado disse que este Relatório tinha sido produzido na altura em que se enfrentava a mais grave crise dos últimos 100 anos, de acordo com o Banco de Portugal

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

e que, segundo a Universidade Católica, os setores de atividade mais afetados eram, precisamente, restaurantes e bares, alojamentos, empresas de viagens e transporte, serviços de pessoal, entretenimento e lazer, comércio grossista e retalhista e que a economia Sesimbrense, como todos sabiam, era, de grande modo, constituída por estes setores de atividade e hoje via-se que a Autarquia havia tido uma forte redução da sua dívida e um resultado líquido positivo. O Deputado perguntou se a Autarquia não teria tido mais capacidade para ter apoiado as empresas e as famílias durante esta crise. -

-----Disse também que, já por várias vezes, a bancada da CDU havia questionado o Vereador se, no Estado Central, se tinha tido alguma informação de contribuição face às despesas que a Autarquia tivera para combater a crise pandémica e disse a esta bancada que era natural que a crise mais forte dos últimos 100 anos afetasse as Contas de todas as Entidades do Estado, quer fosse Central ou posteriormente, uma Autarquia mas que acreditava que esta crise não iria também exigir uma resposta da Câmara Municipal de Sesimbra, o que para si, era difícil de compreender.-----

-----A terminar a sua intervenção, o Deputado disse que, no seu entender, as Contas de uma Autarquia eram tão fortes quanto à qualidade de vida das suas populações e aquilo que continuava a ver desde o início destes 4 anos em que era Deputado Municipal, era que a qualidade de vida dos Sesimbrenses era frágil, em que o salário médio era pequeno face à realidade em que se inseria (AML), era o 15º Concelho com a Habitação mais cara do País, a tarifa da água fixa era a mais cara da Área Metropolitana de Lisboa e o IMI encontrava-se dentro dos 50 mais elevados do País.-----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado José Braga** que cumprimentou todos os presentes e que sobre o documento da Prestação de Contas referente ao ano de 2020, disse que este ano tinha ficado marcado pelo surgimento do Covid-19 e todos conheciam os efeitos nefastos provocados para este vírus e as consequências graves e dramáticas que provocou na Saúde, em todas as suas dimensões, também na Área Social, no trabalho e nos trabalhadores, na economia das empresas, na Educação, Cultura e Lazer, no Desporto, nos idosos e nos jovens. Referiu que havia sido 10 meses vividos em quase permanente estado de emergência ou calamidade e em constante confinamento, tendo fechado tudo o que não era considerado essencial, todos mandados para casa, exceto os trabalhadores e todos aqueles que estiveram na linha da frente, assegurando os serviços essenciais às populações. Em síntese, o nosso país e o resto do mundo acantonados e quase paralisados sem saber como lidar, enfrentar e combater um vírus que se tornara uma pandemia altamente contagiosa e muito mortal. Disse que todos conheciam os efeitos causados pela Covid-19 e as suas graves consequências em todo o nosso País, incluindo, naturalmente, o concelho de Sesimbra, a sua população, as suas empresas, os trabalhadores, e várias

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Entidades e Associações de diverso tipo e áreas.-----
-----Disse que no dia 20 de dezembro de 2019, tinham sido aprovados por esta Assembleia Municipal, o Orçamento e as GOP para 2020 e que a bancada da CDU acreditava que o Executivo da Câmara Municipal tinha elaborado estes documentos previsionais, tendo em consideração a situação que o país e o Concelho de Sesimbra viviam na altura, sendo expectável que tal se iria manter em 2020. Naturalmente, que nem o Executivo, nem nenhum dos presentes poderia prever as profundas alterações verificadas em 2020 provocadas pelo Covid. Assim, os resultados constantes neste documento da Prestação de Contas tinham sido obtidos numa conjuntura radicalmente diferente, para pior, daquela que existia na altura da sua elaboração no ano de 2019. Salientou que a bancada da CDU considerava que esta profunda alteração de conjuntura verificada entre o momento da elaboração do Orçamento e GOP's e o ano da sua aplicação deveria ser tida em consideração aquando da análise dos resultados obtidos e que constavam neste documento.-----

-----O Deputado disse que a partir de março de 2020, e face ao agravar da situação sanitária no País, incluindo o Concelho de Sesimbra, a Câmara Municipal tinha-se visto impedida de realizar um vasto conjunto de ações e iniciativas, as quais estavam contempladas nas GOP's, o que era perfeitamente compreensível e que, apesar das várias limitações e dificuldades num contexto pandémico, o que tinha exigido muito da Autarquia, tanto em termos logísticos como financeiros, destacar destacou, no ano de 2020, um vasto conjunto de investimentos de Projetos em curso, ou que se tinham iniciado nesse ano, assim como outras obras, sempre na sua maioria em equipamentos mas também em espaços verdes e infraestruturas, quer na renovação do espaço público, nas áreas do Ambiente, Património, Educação, Saúde, referidos neste documento. Disse também que a Prestação de Contas, na sua introdução e nos Capítulos de 1 a 5 continham um vasto conjunto de informações, as quais permitiam conhecer as várias medidas extraordinárias de apoio à economia local, aprovadas pela Câmara Municipal, no sentido de minimizar os efeitos do aumento do desemprego, do crescimento das dificuldades económico/financeiras das famílias e dos agentes económicos locais. Referiu que estas medidas extraordinárias de ajudas e apoios de ordem variada, também tinham abrangido outras Entidades e Associações de diversos tipos e áreas, as quais podiam ser consultadas nesta Prestação de Contas. Disse que estes apoios tinham originado o aumento da despesa e uma diminuição de receita, o que significava que a valor total destes apoios suportados pela Câmara Municipal tinham sido superiores a 3 milhões de euros, conforme constava na Prestação de Contas. Perguntou se o Governo iria ressarcir a Autarquia deste valor despendido, mas tinha muitas dúvidas que tal viesse a acontecer. Disse que apesar do impacto e das

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

inúmeras dificuldades provocadas pela Covid-19, consideravas que os resultados alcançados em 2020 eram muito positivos, fruto de uma gestão rigorosa, responsável e ponderada por parte do Executivo da Câmara Municipal e que esta Prestação de Contas demonstrava que o Município de Sesimbra se encontrava numa situação financeira perfeitamente equilibrada e estável e com uma dívida controlada e sustentável. Acrescentou que 2021 tinha sido um ano muito difícil para os povos do mundo inteiro devido aos efeitos provocados pela Covid-19 e que no respeitante a Portugal, era da mais elementar justiça enaltecer e valorizar o papel desempenhado pelo Poder Local democrático no combate a este vírus. Disse que as Autarquias, em conjunto com as comunidades e agentes locais tinham desempenhado um papel determinante e decisivo no combate à Covid-19, permitindo minorar os efeitos e consequências provocadas por esta pandemia. Em nome dos eleitos da CDU, o Deputado manifestou o seu apreço e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pela CMS em tudo aquilo que esteve e estava diretamente ligado ao combate à Covid e não Covid e estendeu este reconhecimento às Juntas de Freguesia do concelho e a todos os trabalhadores do município. Deixou ainda uma palavra de apreço os Técnicos da DAF (Departamento de Administração e Finanças) pelo trabalho imenso que tiveram com o novo SNC-AP, aos Serviços de abastecimento de água, limpeza, recolha e transporte de resíduos, Gabinete da Proteção Civil e Segurança, Bombeiros Voluntários, Setor Social, empresas e Associações, os inúmeros voluntários e população em geral, pois sem esta convergência de esforços, era uma convicção que as consequências desta pandemia seriam ainda mais profundas. Por fim, saudou os trabalhadores e todos aqueles que tinham designado os que estiveram e estavam na linha da frente em condições difíceis no combate à Covid-19 ou assegurando o funcionamento dos serviços necessários e essenciais a prestar às populações.

-----Para completar a sua intervenção, o Deputado disse que o Deputado João Pólvora se tinha apresentado com uma retórica já, “cheirando” a propaganda eleitoral, com algumas considerações que desvalorizavam, em parte, o que de relevante tinha acontecido em 2020. O Deputado disse que a Câmara Municipal tinha tido apenas 2 meses, considerados normais (janeiro e fevereiro), para aplicar os documentos previsionais aprovados em 2019 e que os restantes os 10 meses considerados “anormais” tinham sido para combater a Covid-19 e todas as consequências provocadas por esta pandemia, tendo este vírus, sido responsável por quase tudo de negativo que se tinha passado no Concelho, no País e no Mundo. Disse ao Deputado João Pólvora que este era o tipo de discurso que não se queria seguir, mas que se queria que alguns dos deputados não tentassem escamotear, menosprezar ou até ignorar, além de não fazerem campanha, os enormes problemas e as dificuldades de diversa ordem, que tinham sido

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

colocados ao Executivo. Disse ainda ser perceptível comparar o município com o Governo e que a CMS tinha feito tudo o que estivera ao seu alcance e lhe tinha sido possível, face às circunstâncias. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Pedro Mesquita** que cumprimentou todos os presentes e disse que o seu comentário vinha no sentido daquilo que tinha acabado de ouvir do Deputado José Braga e que o mesmo teria de transpor a sua dúvida ao Executivo da Câmara e não estar a responder ao Deputado João Pólvora. -----

-----A Presidente da AMS disse que esta situação de debate não era nova e que tinha sido acordado que seria feita uma ronda por todos os Grupos Políticos. -----

-----O **Deputado João Pólvora** voltou a tomar do uso da palavra e disse que a sua intervenção nada tinha a ver com eleitoralismo, mas sim com as suas crenças, convicções e análise de documentos e a sua perceção em relação ao estado do Concelho. Relativamente à situação eleitoral, disse que nem sequer iria estar envolvido neste processo. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Sérgio Faias**, que cumprimentou todos os presentes e disse que, no âmbito da avaliação das Contas da CMS relativas ao ano de 2020, o Grupo Municipal do PS havia feito uma análise dos documentos disponibilizados pelos Serviços da Autarquia. Referiu que a Apreciação do Inventário, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação e Prestação de Contas pela Assembleia Municipal, o órgão fiscalizador da Câmara Municipal, se revestia de um carácter técnico e político. Disse que o carácter técnico da apreciação se prendia com a garantia de que o Executivo da CMS havia cumprido o conjunto de requisitos legais a que se encontrava obrigado e que era habitualmente suportada pela Certificação Legal de Contas e pelo respetivo Parecer do ROC, nos termos previstos na Lei. Disse ser precisamente devido a este requisito legal que o PS assumira não estarem reunidas as condições para realizar a apreciação dos documentos do passado dia 25 de junho. Disse ainda que os documentos preparados pelo ROC haviam chegado, por *e-mail*, aos deputados desta Assembleia Municipal às 18.55h, quando o início da sessão estava previsto para as 19h e quando os membros da Comissão de Líderes tinham sido convocados para uma reunião prévia prevista para as 18.45h. Relativamente ao carácter político da Apreciação das Contas, disse que o objetivo era fazer a confirmação de que tinham sido cumpridas as opções políticas a que o Executivo se propusera no momento da apresentação das GOP's e Orçamento. Referiu que o PS se absteria na votação das GOP's e Orçamento no ano de 2020 e que esses instrumentos de planeamento e gestão do Município se tinham visto sujeitos a consideráveis alterações que resultaram no surgimento da pandemia no início de 2020, facto que transformou este ano 2020 num ano atípico em que os serviços do município, os seus trabalhadores e a população em geral, tiveram que

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

se ajustar, adaptar e reinventar e que esse esforço tinha sido destacado pelo Partido Socialista nesta Assembleia tendo também apresentado um conjunto de propostas para apoio à população que, infelizmente, nem sempre foram bem acolhidas, precisamente, por outros Grupos desta Assembleia. Salientou que apesar de todas estas alterações registadas no ano de 2020, em 2021 já tinha sido possível voltar ao funcionamento dos serviços com as respetivas adaptações e era por isso, com estranheza, que se verificava que a discussão das Contas de 2020 tivesse sido adiada até o limite legal do final de junho, quando outras tantas Autarquias, empresas, IPSS's, por esse país fora, tinham sido capazes de se adaptar e de fazer o fecho e aprovação das suas Contas dentro do prazo habitual, sem necessitarem de se encostar a estes limites dos prazos legais.-----

-----Em relação à discussão do Relatório, o Deputado salientou, pela positiva, a evolução que se registada nos documentos preparados pelos Serviços, sendo o documento intitulado, apesar de precisar ainda de algumas afinações, de "Introdução e Capítulo 1, 2, 3, 4 e 5", bastante completo, permitindo uma visão geral sobre o que tinha sido a atividade da Câmara Municipal no decorrer do ano de 2020 mas, no entanto, continuava a faltar no documento, um índice que tantas vezes se tinha reclamado e que permitiria obter uma visão global do seu conteúdo e uma procura mais rápida da informação pretendida.

-----Relativamente aos resultados, verificara-se que Resultado Líquido do Exercício tinha sido de 802.000€, a realização da despesa tinha sido de cerca de 50,8 milhões de euros, a realização das GOP's correspondia a uma execução de cerca de 80%, com investimento realizado na ordem dos 74%, de acordo com o Plano Plurianual de Investimentos.-----

----- Sobre o documento em si, o Deputado disse que gostaria de fazer algumas referências e solicitar alguns esclarecimentos mais específicos. Disse que nas condições de pandemia e tendo em conta que, em 2020, as competências transferidas pelo Governo para o Município tinham sido poucas, e questionou como é que se justificava que fosse ultrapassado, o limite ou o limiar ou ainda, o número psicológico dos 1000 trabalhadores e porque é que a despesa com pessoal tinha aumentado, neste caso, em cerca de meio milhão de euros. Perguntou se tinha sido tudo relativo ao aumento do salário mínimo nacional e o que é que tinha contribuído para este aumento. Seguindo a sua intervenção, e passando para a página "2, em relação às "Despesas com aquisições de serviços", mais concretamente no quadro 13, o Deputado solicitou esclarecimentos sobre o que é que tinha contribuído para a redução, em 20%, dos encargos com as instalações e também o que é que tinha contribuído para um aumento de 18,87% nos Seguros. -----

-----Disse já ter sido percebido que a Formação dos trabalhadores da Autarquia havia recebido uma forte redução face às condições que se viveram devido à pandemia e a impossibilidade de estar no seu

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

local de trabalho, e questionou se não seria possível, através dos meios de teletrabalho e de videoconferência, fazer alguma dessa Formação. Perguntou ainda se, os resultados do aumento dos custos da vigilância em 150%, eram devido às questões de reforço da segurança sanitária, designadamente nos Mercados Municipais. -----

-----Relativamente ao endividamento, referiu que no gráfico 8 da página 30, era visível uma evolução a partir de 2018, com uma tendência crescente no endividamento a curto prazo e que gostaria de perceber melhor que pressão era essa. -----

-----Em relação à página 89, solicitou esclarecimentos sobre o aumento de quase 50%, face a 2019, nos custos com combustíveis e lubrificantes e ainda outra questão que mais saltava à vista na página 90, relativamente aos gastos com pessoal, tendo perguntado como é que se justificava uma duplicação do valor dos gastos do trabalho extraordinário, sabendo-se que tinha havido a necessidade de várias equipas reforçarem a sua atuação no terreno para garantir melhores condições de salubridade e limpeza face à pandemia. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Presidente da CMS**, que cumprimentou todos os presentes e começou por responder à intervenção do Deputado José Carlos Dias dizendo que pelo que tinha percebido, a pergunta dizia respeito à abertura da Lagoa de Albufeira ao ano de 2021, mesmo não sendo esse que estava em discussão, mas que iria dar informação dos dois anos. Referiu que no ano de 2020, aquele que estava em causa, tivera um custo de 73.500€, tendo sido gasta toda a verba porque estava-se a falar, não de uma empreitada, mas de uma locação de bens, neste caso, de máquinas, por um período temporal e que servia para aberturas e reaberturas até ser esgotado o valor máximo da contratualização, em que os Procedimentos eram lançados por um valor com um preço base de 100.000€, que era um o contrato interadministrativo entre a Autarquia e a Agência Portuguesa do Ambiente e portanto, as empresas concorriam em função do número de horas colocadas que era o médio histórico dessas intervenções. Disse que no presente ano, o processo tinha sido adjudicado por 73.100€ e que quem tinha ganho este Procedimento tinha sido a *José Marques Gomes Galo*, que era quem tinha ganho mais vezes e que tinha mais “*know-how*” para fazer este trabalho e que o valor da reabertura feito agora ainda estava dentro dos montantes deste Procedimento Concursal, ou seja, dentro dos 73.100€e que ainda havia margem para uma necessidade de uma nova reabertura porque não tinha sido gasto todo o banco de horas da contratação efetuada. -----

-----Disse também que o problema de fundo não lhe resistia porque a discussão não era em torno do documento que estava neste momento em discussão e disse ainda que era importante que se

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

procedesse, rapidamente, se à implementação do estudo que o Ministério do Ambiente tinha e que se notava que, de ano para ano, os encargos da abertura da Lagoa de Albufeira por recurso a máquinas retroescavadoras torna-se mais oneroso, difícil e complexo e, garantidamente, sem ter o efeito desejado naquilo que era, efetivamente, a recuperação da massa de água da Lagoa de Albufeira. -----

----- Quanto às questões dos caixotes de lixo, disse querer desmistificar aquela ideia que se tira de um lado e que se colocava na Lagoa de Albufeira, ou seja, com certeza que havia caixotes mais recentes ou recipientes mais recentes em todos os sítios e, outros que estariam a ser substituídos em todo o lado.---

-----Relativamente às questões colocadas pelo Deputado João Rodrigues, disse que não faria grandes considerações, pois grande parte da consideração não tivera, de todo, a ver com este documento em apreço, mas com a Legislação em vigor e portanto, concordando ou não com a mesma, era a que vigorava.-----

-----Respondendo a uma das questões levantadas pelo Deputado João Pólvora, disse ter havido um esforço enorme para que, também na reunião de Câmara, o relatório do ROC estivesse disponível, que estava a ser trabalhado desde e não apenas desde a aprovação das Contas pela Câmara Municipal e que era a partir da aprovação das contas que devia haver a Certificação e juntar ao Relatório do ROC para apreciação na Assembleia Municipal, mas tal não tinha sido possível, o que só tinha sido enviado pela Entidade Auditora no dia da Sessão da Assembleia Municipal, não obstante todo o esforço que o município tinha feito para que estivesse pronto a tempo e horas e mais rapidamente. Referiu que a questão não se colocava nos termos da discussão deste momento e era a legislação que se tinha e percebia que o Deputado discordasse do princípio da forma como a Legislação estava construída e garantiu que, da sua parte, discordava de um conjunto de outros instrumentos legislativos bem mais gravosos para as Autarquias Locais do que este e que esta discussão. O Presidente disse que tinha registado que o MSU, neste caso, discordava desta Legislação e que da forma como tinha feito a apresentação relativamente ao que estava a ser debatido, esperava que no futuro, fosse esta a posição do MSU. Assinalou ainda que este já era o documento ao longo deste Mandato sobre esta matéria e que a Legislação não tinha mudado e que a única coisa que mudara tinha sido a passagem para o SNC-AP e confessou que, também da sua parte, parte isto só a nível pessoal, estava muito mais familiarizado com o POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) porque era aquele com que já trabalhava há uma série de anos, até do ponto de vista de outras atividades que não tinham a ver só com as do Município ou com as da freguesia na qual sempre tinha desempenhado e que também para si, tinha sido uma novidade deste ano e que ainda estava numa fase de aprendizagem. -----

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Quanto às questões levantadas pelo Deputado João Pólvora, disse que este era, de facto, um Relatório de fim de Mandato e a única particularidade é que este era um ano de final de Mandato, correspondente a um ano civil e ano económico e não um Relatório de quatro anos económicos respeitantes a 4 Mandatos. Referiu que este tinha sido um ano complexo e difícil e era reconhecido que não era por isso, não obstante estar-se a fazer um novo documento baseado no SNC-AP, com toda a dificuldade que também representara para os Serviços, e também para os próprios eleitos, mas tratava-se de um Relatório de um ano. -----

----- Quanto às questões do financiamento, disse haver uma questão que era uma regra matemática e que tinha a ver com a capacidade de endividamento do próprio Município e que o município de Sesimbra estava com uma saúde financeira estável, tinha um orçamento nos números redondos de 50 milhões de euros e que tinha um endividamento de 14 milhões de euros, muito abaixo daquilo que era a sua média orçamental dos últimos 3 anos, que tinha uma capacidade de endividamento de 60 milhões de euros, que podia fazer empréstimos até 12 milhões de euros por ano .-----

----- Relativamente à questão do PAEL (Programa de Apoio à Economia Local) disse discordar do Deputado, de si primeiro, porque o Município não era obrigado a ir ao PAEL mas tinha sido entendimento que seria uma alternativa, face às circunstâncias do momento e o contexto que atravessava e que era uma dívida de curto prazo relativamente e não só não teria necessidade de ir ao PAEL, como poderia ter optado por um contrato de saneamento financeiro na Banca Comercial que a Lei também permitia. Há época, juntando o fator de se estar no nível 1 do PAEL, ou seja, sem grandes restrições e sem grande ingerência naquilo que seria as decisões dos eleitos municipais e da gestão autárquica e por outro, porque a taxa de juro para o empréstimo de saneamento financeiro na Banca Comercial era muito mais elevado do que o PAEL, esta havia sido a solução encontrada, mas tinha sido amplamente discutida pois nessa altura, o próprio não estava no município mas sim deste lado, na Assembleia Municipal. -----

----- Quanto à questão do maior número de trabalhadores ou do rácio do elevado número de trabalhadores por habitante, disse que era muito fácil fazer as contas, mas era bom que as mesmas eram feitas e se olhava para os números, ter-se ao lado, também, uma tabela acessória e desmistificou que, em 2011, o município de Sesimbra tinha nos seus quadros mais de 1100 trabalhadores e tinham sido perdidos trabalhadores, não por decisão do Município ou por um apertar de cinto mas porque tinha havido uma impossibilidade legal de se contratar trabalhadores durante um período, que esperava e achava que os senhores da bancada do Partido Socialista, mesmo aqueles que nas suas intervenções não estavam a representar o Partido Socialista mas a si próprios, não quisessem voltar e disse ainda que o

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

próprio não queria também voltar porque se tratava de uma ingerência naquilo que era a gestão de autonomia de uma Autarquia Local. Referiu que com o apoio da dita tabela, era claramente perceptível que o município de Sesimbra concentrava os trabalhadores do Município em todos os seus recursos humanos e todas as suas áreas de intervenção, então tinha nem empresas municipais, nem serviços municipalizados e isso descapitalizava grande parte daquilo que era o número de trabalhadores ao serviço do município é aquilo que era a percentagem de trabalhadores *per capita*. Salientou que em Lisboa, seria fácil perceber a quantidade de empresas municipais existentes, particularmente aquelas que hoje tinham um peso grande e que eram os Serviços Municipalizados na área das Águas, Saneamento e Resíduos e que muitos deles até tinham transferido para as Juntas de Freguesia. Disse também que Almada tinha Serviços Municipalizados, Palmela tinha uma Empresa Municipal de Desporto, ou seja, podia fazer-se essa análise, mas era bom que fosse feita com todos os dados disponíveis e não de uma forma simplista como se estava a fazer.-----

-----Relativamente à Receita Fiscal, disse que também se deveria desmistificar e que se colocasse a afirmação que o Deputado tinha feito, quando dissera que o Município devia ter em conta a sua receita fiscal na totalidade e não aquilo que eram os encargos das famílias que não tinham aumentado nos últimos 6,7, e 8 anos porque não existia, do ponto de vista das taxas, nenhuma alteração face áquilo que havia há 1, 2, 3, 4, 5 e a 6 anos e também não era menos importante dizer. Sempre foi dito nos últimos anos, e garantidamente, no próximo ano alguém iria também dizer que este aumento da Receita fiscal do município tinha ,quase exclusivamente, um imposto que fazia resultar este aumento que se chamava IMT e que era instável, apesar de ter garantido ter estes resultados positivos, mas que era um imposto que, por um lado tinha a ver com as transações imobiliárias e que não tinha uma garantia de estabilidade em termos daquilo que era a sua execução e aquilo que era o seu valor bruto de ano para ano e podia haver alterações significativas que não tinham existido. Recordou que na Revisão Orçamental em abril/maio de 2020, na expectativa do Município, existia uma contração até nas transações imobiliárias que levava a reduzir aquilo que era a estimativa inicialmente inscrita no orçamento municipal da receita do IMT. Disse que se chegara ao final do ano e isso não se tinha verificado e que tinha a ver com questões de mercado. -----

----- Quanto às questões dos Ganhos médios mensais, disse que o Deputado tinha razão e que no quadro da Península de Setúbal e no quadro Metropolitano, o Concelho de Sesimbra apresentava uma média mensal de rendimento das mais baixas da Área Metropolitana e da Península de Setúbal e estes eram dados em que o município de Sesimbra apresentava a taxa de desemprego mais baixa da AML e da

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Península de Setúbal. Disse também que, entre 2018 e 2020, em Sesimbra tinha 2 uma taxa de 2,2% desempregados inscritos no Centro de Emprego por toda a população residente, quando em 2019 era de 2,1% e em 2018 era de 2,4%. Referiu que quando se olhava para os números, que se olhar para a sua globalidade e não se podia chegar e dar uma narrativa e que pelo que sabia, o Concelho do País com o maior Índice de ganho mensal era Alcochete, com quase 3 vezes mais de ganho médio mensal do que tinha o município de Sesimbra. O Presidente da CMS disse que este facto não tinha influenciado nas políticas municipais, mas sim nas políticas nacionais, com uma especulação relativamente ao novo aeroporto, a construção da Ponte Vasco da Gama e, obviamente, Alcochete ser um destino e um Concelho atrativo e fácil de chegar a Lisboa, tal como também era uma realidade que este rendimento médio mensal não significava que aquele rendimento fosse proveniente de trabalho executado dentro do território do município, que não era, no caso de Alcochete. Disse ainda que já quando se falava em qualidade de vida, já se estava a ser subjetivos porque era a sua apreciação e que o índice “*Marktest*” da qualidade de vida nos municípios, havia 2 indicadores que estavam no limiar dos piores indicadores do País, que eram os “Equipamentos de Saúde per capita” e “Equipamentos da Segurança Social”, nomeadamente lar de idosos *per capita* e isso, mais uma vez, dependia não do município, mas da Administração Central e sabia que, nos equipamentos de saúde, se estava a trabalhar para mitigar problemas da Administração Central mas felizmente, não seria suficiente e que nesse índice, o município estava bem qualificado e dentro dessa subjetividade. Não podia deixar de referir que, sendo uma avaliação pessoal, sobre o estado do Concelho, que não era perfeita, mas que cada um de nós nesta sala teria a sua, tratava-se de uma avaliação dentro da subjetividade que se fazia no local e no momento próprio e era aí que as pessoas sentiriam se queriam continuar o caminho da qualidade de vida do desenvolvimento que tinha talhado até agora ou se queriam mudar para outro caminho. -----

-----Quanto às questões do Deputado Sérgio Faias disse que a questão do meio milhão de euros relativamente aos trabalhadores, estavam também incluídas as horas extraordinárias e não se tratava de uma retificação, mas uma clarificação e não tinha só a ver com o aumento do salário mínimo nacional e tinha a ver também com o aumento das progressões nas Carreiras daqueles que puderam progredir. Felizmente que o atual Governo descongelara a progressão das Carreiras dos funcionários da Administração Pública, tinha também a ver com as requalificações que aqui tinham sido referidas, que também o Município de Sesimbra assim o tinha entendido, num quadro do exercício efetivo de funções que eram diferentes da Carreira do qual o funcionário tinha anteriormente e não tinha, exclusivamente, a ver com o aumento do salário mínimo nacional. -----

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Relativamente às questões de segurança, disse ter havido um aumento que não sabia quantificar, mas que não tinha tido só a ver com os mercados e praticamente todas as instalações municipais tinham tido recurso a segurança privada para o controlo de acessos de entrada, saída e presença e que grande parte ainda continuava a ter, como os 2 edifícios principais, em Sesimbra e Quinta do Conde e ainda todos os mercados, fossem mercados normais regulares ou os mercados de produtores existentes ao fim-de-semana. -----

-----Ainda sobre os custos com combustíveis e lubrificantes, disse haver uma quota parte de responsabilidade, o que estava na ordem do dia, e que era o que fazia a liberalização do mercado de combustíveis e disse ainda gostar de perceber, se o Vereador tivesse essas contas, não em termos do custo mas se tinha havido um aumento dos litros proporcionais ao custo desse mesmo combustível e isso é que era importante perceber porque aqui referia claramente a incidência nos municípios das políticas que geridas a nível nacional. -----

-----Interveio de novo o **Vereador José Polido** que relativamente à intervenção do Deputado José Carlos Dias sobre os caixotes do lixo partidos, disse que a Câmara não fazia a troca de outros sítios para a Lagoa de Albufeira e que essa informação que lhe tinha sido transmitida não correspondia à verdade e que havia cerca de 2.200 contentores de 800 litros e, infelizmente, na Lagoa de Albufeira havia um outro problema que também existia nalguns locais do concelho, só que com uma agravante na Lagoa de Albufeira e que junto às instalações da LIALA (Liga dos Amigos da Lagoa de Albufeira) estava situado o REMOVE, tal como o Deputado sabia e que, a cerca de 100 metros, as pessoas continuavam a depositar os resíduos ao lado dos contentores de uma forma anárquica, tudo e mais alguma coisa e os Serviços já estavam a tratar de lá colocar uma indicação com um mapa na Lagoa de Albufeira a identificar onde a pessoa se encontrava e a localização do REMOVE e a que distância se encontrava. Disse ainda que esta informação seria colocada em sítios específicos para evitar que as pessoas não depositem os resíduos junto ao restaurante quase ao pé da praia, já para não falar também da zona nascente da Lagoa de Albufeira. Disse que qualquer pessoa se poderia deslocar aos locais para deposição gratuita dos seus resíduos em horário de expediente porque, infelizmente, apesar de haver muitos trabalhadores, não eram suficientes para alargar o horário para se manter o espaço mais tempo aberto. Referiu que sempre que havia contentores sem condições, os mesmos eram substituídos. Relativamente aos materiais para a construção civil, no caso dos contentores do lixo, como também utilizam uma matéria-prima que é um plástico, estes contentores eram todos importados para o nosso País e que o seu custo tinha subido em 30% este ano. Disse também que todas as tubagens da própria água tinham também, mais ou menos,

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

uma ordem de grandeza desses valores a nível de crescimento da inflação.-----

-----Em relação à intervenção do Deputado João Rodrigues, disse saber que era uma pessoa bastante interessada pelas questões da área financeira e sobretudo, pelas questões do Balanço e Demonstração de Resultados e que quem estava nestas funções, interessa-se mais pelas GOP's e pelo Orçamento, ou seja, no exercício das funções de um Vereador ou de um Presidente, não se tratava de uma questão de dar mais resultado positivo ou dar menos resultado positivo e não queria dizer que não tivesse que se manter uma saúde financeira do município, e isso era fruto de mais receita e menos despesa mas a Autarquia via o nível de execução das obras e isso era a chamada apreciação política do que se fez, não se fez, ou deixou de fazer.-----

-----Relativamente aos mapas comparativos, disse não ter havido um mapa, nomeadamente na questão da Demonstração de Resultados e deu 3 exemplos: O FEF capital (Fundo de Equilíbrio Financeiro) era registado na conta 74 do POCAL e agora, no SNC-AP era registado na conta 59. O CREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional) era fixado na conta 27 e agora era registado na conta 59. Disse que para quem não sabia o que eram estes números, eram das contas onde, tinham de ser lançados os documentos na contabilidade. Acrescentou que no POCAL, as dívidas eram lançadas na conta 21 e isso entroncava já numa coisa que falava numa reserva do Revisor Oficial de Contas. No SNC, o IMI e a derrama passariam para a 27-2, que era uma estimativa, enquanto a dívida ficava na 21. Disse ainda que no POCAL se tinha a Fortaleza com um contrato de cedência registada em ativos fixos tangíveis e que no SNC-AP iria para ativos intangíveis com direito de utilização porque é uma cedência, ou seja, por isso é que a questão do Património tinha demorado tanto tempo para atualizar porque tivera de se ver todos os bens, caso a caso. Disse haver ainda outra coisa que entroncava aqui e que tinha a ver com mais uma situação em 2 reservas e que tinha a ver com o prazo de vida útil. Falou da primeira reserva e disse que a mesma tinha a ver com o facto de a Entidade ter procedido à atualização do cadastro e a vida útil dos bens, ativos fixos tangíveis conforme o classificador do SNC. Continuou e disse que a CMS tinha viaturas em POCAL, por exemplo, e eram depreciadas em 10 anos e no SNC-AP iriam ser depreciadas a 4. Disse que se uma viatura tivesse sido adquirida em 2017 por 10 anos, neste momento teria 40% amortizado e com este novo normativo, teria sido 100% amortizado e daí ter aqueles ajustamentos à conta, para os quais depois se solicitaria autorização para ser colocados em resultados transitados. Disse ter sido entendimento que se deveria reajustar todos esses bens para o novo normativo contabilístico e fazer já todo esse acerto.-----

-----Disse que a outra questão tinha a ver com uma reserva que tinha a ver com clientes e

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

contribuintes ativos correntes e que incluía um saldo líquido de perdas por imparidade de 2.440.000€ sendo que, só 2. 230.000€ de IMI, 76.000€ de IUC e 134.000€ de IMT. Referiu que se a CMS não tivesse registado esta dívida que a Administração Tributária disse que os contribuintes tinham para com o município e só tivesse registado a receita, não teria esta reserva porque não tinha provisão. Por isso é que a Câmara diz o porquê de fazer este registo, para as contas serem mais fiáveis e para demonstrarem, de facto, aquilo que deviam ao município e disse ainda que o Estado não funcionava. Para alguns desses impostos, a CMS provisionava determinadas percentagens porque sabia, provavelmente, que no IUC havia muitas viaturas que se continuava a cobrar e que eram de empresas que tinham entrado em insolvência e isto demorava tanto tempo que quando se vai à procura, era massa falida e estas viaturas não eram abatidas. Já a Contribuição Autárquica estava provisionada a 100%, mas os valores eram residuais e a Câmara tinha perfeita noção de que, dificilmente receberia esse valor. No caso do IMI e do IMT, disse que se estava a falar de dois impostos sobre o mesmo bem, que era o imóvel e poderia haver aqui, argumentos entre a Administração Tributária e o contribuinte e para isso, a CMS fizera uma provisão e tinha na expectativa de que, de todo esse valor, entendia-se que, se calhar, havia uma percentagem que não seria recebida e foi esse o valor colocado. Explicou que se tinha um imóvel sobre o qual tinha feito uma transação, então o Estado podia e devia, no caso de vencer em Tribunal, executar esse mesmo bem. Outra questão era se o bem vendido teria esse valor para pagar.-----

-----Continuando a sua intervenção, o Vereador disse que o Deputado João Pólvora se tinha esquecido de ir ver à página 35 do anuário dos municípios, quais eram os municípios que representavam maior independência financeira do País e que Sesimbra constava no 9º lugar, de entre os 308 do País, significando que o município dependia das suas próprias receitas porque se estivesse à espera das receitas do Estado, não sabia como seria o orçamento da Autarquia. O Vereador disse ainda que hoje tinha sabido que o valor da energia iria voltar a subir para níveis superiores a 2018, e questionou onde é que estava aqui o apoio e onde é que estavam as Entidades Reguladoras, pois o País estava em crise e a energia voltaria a subir, o que iria encarecer todos os bens, sem exceção. Referiu que todas as Câmaras do País pagavam o IVA de iluminação pública a 23% e que deveria ser “0”, já que se pagava a iluminação pública para a segurança dos cidadãos e que o IVA era um imposto para o Estado, ou seja, era o Estado a levar receita do nosso município e que se houvesse 10.000.000€ de iluminação pública para pagar por ano, significava que 230.000€ seriam para o Estado Português, ou seja, era o FEF dado para fazer investimento. Realçou o trabalho desenvolvido para hoje ter este documento e disse ser um trabalho “*Herculiano*”, se assim se podia dizer porque estar a preparar este momento com todas estas alterações,

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

com a equipa da CMS e, aliás, os deputados da Assembleia Municipal já tinham percorrido os Serviços e podiam ver que a área do Departamento Financeiro não tinha assim tanta gente e, para além disso, não deixava a “máquina” parar, ou seja, nunca se deixara de fazer requisições, porque apesar de haver pandemia, o Departamento de compras nunca deixou de fazer as compras, os serviços nunca deixaram de fazer as requisições, nunca se deixou de pedir orçamentos aos fornecedores, e nunca se deixou de fazer os pagamentos, ou seja, tudo isso funcionou normalmente, com ou sem a pandemia. Tratava-se de uma alteração muito significativa e quem passou por estas coisas do POC para o SNC-AP, ou noutras instituições e que provavelmente, o Deputado João Rodrigues passara na Contabilidade bancária e para que se visse, as regras, a classificação, as alterações de quem estava habituado a fazer as coisas de uma determinada forma durante anos e anos e de repente, isso teve de ser feito, mesmo sem a equipa ter aumentado.-----

-----Disse ainda que, relativamente a recebimentos do Covid, até hoje, tinham sido recebidos 0€ do Estado Português para fazer face à pandemia no concelho de Sesimbra e no entanto, a Autarquia continuava a dar todo o apoio era pena que existisse mais um centro de vacinação preparado para receber e o próprio Estado é que, aparentemente, não tinha capacidade de resposta para colocar meios para que o mesmo pudesse entrar em funcionamento. -----

-----A **Presidente da AMS** referiu que perante as mudanças a que se estava a assistir, quer as vividas pelos Serviços, quer as que todos estavam a viver, a Assembleia Municipal, em conjunto com a CMS teriam de encontrar momentos de informação e formação aos respetivos Deputados desta Assembleia e disse ainda que se, havia um sistema de funcionamento do Orçamento da Câmara Municipal e um Relatório de Contas que, de algum modo, não fosse dominado na sua plenitude mas que houvesse um conhecimento generalizado, e disse julgar que com este novo sistema, as preocupações da AMS para verdadeiramente assumir o seu papel de fiscalização, tinha cada vez mais dificuldades e os eleitos da Assembleia Municipal não eram eleitos pela sua formação mas sim pelo quadro político onde estavam inseridos.-----

-----Disse deixar esta nota na parte do Vereador José Polido, uma lembrança e também uma sensibilização, no caso particular, ao Dr. António Mendonça, Dr. Aníbal Sardinha, Dr.ª Graça Candeias e restante equipa e colegas com quem trabalhavam, para que no futuro, pudessem ter esta disponibilidade de ajudar a compreender melhor o funcionamento deste Orçamento.-----

-----O **Vereador José Polido** acrescentou que como POCAL, tinha de se enviar cerca de 30 relatórios para o Tribunal de Contas e que com o SNC-AP, eram 80 relatórios.-----

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Continuando os trabalhos, tomou do uso da palavra o **Deputado Lobo da Silva**, que cumprimentou todos os presentes e disse que gostaria de se congratular com a intervenção de um Deputado que tinha feito referência ao PAEL, que não tinha sido nem mais, nem menos do que o Programa de Apoio à Economia Local disponibilizado por um Governo do Partido Social Democrata. Sobre o assunto de hoje, disse que o PSD pretendia fazer a seguinte intervenção:-----

-----“É hoje apresentado, não na casa da democracia, devido à pandemia, o último Inventário de Contas do Mandato 2017/2021. Este Inventário tem, para nós, duas vertentes bem distintas, uma que são as opções políticas tomadas no ano 2020 e o Resultado Contabilístico. Quanto ao Resultado contabilístico, dizer que reflete, em ano de pandemia, valores, de facto, significativos. Destacamos o valor que passou de 2020 para 2021, a substancial redução da dívida de médio e longo prazo, o baixar de dias de prazo de pagamentos aos fornecedores que nos dá, a nós, Autarquia, uma maior capacidade negocial, e a capacidade de endividamento que a Câmara Municipal de Sesimbra tinha hoje perante a Banca. Já em termos de opções políticas, entendemos e compreendemos que cabe à maioria CDU fazê-las, mas não podemos deixar de alertar, como fizemos sempre que com estes resultados que estão evidenciados neste Mandato, poderia, no nosso entender, ter sido feito outras opções ou então, melhor, ir um pouco mais longe e damos aqui 3 ou 4 notas. A questão do asfaltar de artérias municipais, do reforço de pintura das passadeiras de peões e, fundamental, uma aposta no combate junto da população do Município de Sesimbra para que deixem de depositar os “monos” nos locais junto aos caixotes de lixo e que contactem a CMS para fazerem-se valer da disponibilidade que a Câmara põe ao serviço dos munícipes porque, de facto, esta tem que ser uma aposta em termos ambientais que a Câmara tem de fazer. Não pode continuar esta “rebaldaria” que está a acontecer no município que não é só e exclusivo de Sesimbra e era transversal, mas nós, costuma-se dizer, “quem dói o dente é que vai ao dentista” e como tal, teremos de ser nós a tomar aqui uma atitude. Também não seria coerente da nossa parte, de não reconhecer o esforço que todos, e que a Autarquia fez, face à situação pandémica nas diversas áreas. Queremos reconhecer a atitude que se teve com a redução das taxas, o apoio ao Movimento Associativo e às IPSS’s, que foi fundamental, os apoios suplementares aos Bombeiros Municipais de Sesimbra que, como todos nós sabemos, a grande receita que os Bombeiros tinham era o transporte de passageiros e com esta questão pandémica reduziu substancialmente as suas receitas e, na substituição da responsabilidade de obras que competia ao Governo Central, fosse ele de que Partido fosse. Falamos aqui de duas obras que é a Escola Navegador Rodrigues Soromenho e o Posto de Consultas de Santiago. Esperemos que a Câmara Municipal de Sesimbra continue a ter esta atitude, nomeadamente com Protocolos ou com Acordos com o

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Governo Central no que concerne à construção do novo Centro de Saúde da Quinta do Conde, da tão falada Escola Secundária da Quinta do Conde ou, “quicá”, as obras de reestruturação da Michel Giacometti ou mesmo um acordo de parceria com o Ministério do Ambiente no que diz respeito à drenagem da Lagoa de Albufeira. Por tudo o que foi dito, coerentemente, o PSD irá votar favoravelmente este documento nesta Assembleia. Por último, uma palavra de muito apreço e de agradecimento a todos os trabalhadores da Autarquia. Somente com o esforço de todos, mas mesmo de todos, independentemente de posições políticas que todos nós tenhamos, o nosso muito obrigado por todo esse esforço.”-----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado João Rodrigues** que reforçou que a sua intervenção tinha sido, basicamente, uma reflexão sobre o processo, mas não poderia deixar de comentar as palavras do Presidente da Câmara em relação a 2 aspetos muito simples. Tratava-se do facto de, nesta última reunião da AMS sobre o Inventário de todos os Bens, o Deputado ter intervindo e feito esta análise sobre o Processo e que, provavelmente resultante de que no final da votação, se dizia “votos contra”, “votos a favor”, sempre assumira que se tratava de uma votação de aprovação porque também associava, à sua experiência pessoal anterior, que os sócios das Assembleias votavam as Contas e que, especificamente nas Autarquias, tal como a Lei determinava, era a Câmara que fazia essa aprovação e foi este equívoco que o levava, durante muitos anos, a pensar que se estava a tratar de uma aprovação.-----

-----Relativamente ao segundo aspeto, disse que não faria parte desta Assembleia no próximo Mandato nem participava na elaboração do Programa nem das listas do MSU e por isso, não podia responder perante os seus sucessores, até porque o Movimento de Cidadãos tinha de recolher assinaturas e a cada quatro anos iniciava um novo processo, começando-se sempre do zero. -----

-----O **Deputado João Pólvora** voltou a intervir e começou por se referir ao PSD, algo que não tinha o hábito de fazer porque considerava que o seu papel acabava por ser efetuar propostas para o concelho, a submeter a esta casa, e também por fiscalizar os atos do Executivo, mas já que o líder de bancada do PSD se tinha referido diretamente a si, por não ter referido o Governo do PSD e os impactos destes sucessivos Governos do PSD no concelho de Sesimbra, e recordou ao Deputado Lobo da Silva que não via investimentos dos Governos do PSD no Concelho de Sesimbra e acrescentou ainda que uma situação que afetava o concelho de Sesimbra tinha que ver, efetivamente, com o acesso a Fundos Comunitários e que quem tinha alterado as NUTS's que afetavam o Concelho de Sesimbra e faziam com que não se pudesse aceder a uma maior percentagem de comparticipação dos Fundos, tinha sido também um Governo do PSD e, efetivamente, o PSD tinha prejudicado mais Sesimbra do que ajudado ao longo dos

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

anos. Para terminar, o Deputado solicitou ao Presidente da Câmara que enviasse o estudo que tinha referido, relativamente à “*Marktest*” para se ter um nível de informação mais sólido. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que disse não ter mencionado nenhum nome, mas era evidente que a “carapuça” servia a quem servia, mas já que quem interveio tinha falado do Líder de bancada do PSD, que era o próprio, disse que um investimento que o PSD tinha feito no Concelho tinha sido o Centro de Saúde da Quinta do Conde, que atualmente já estava ultrapassado. Quanto ao resto das obras, disse que o Partido Socialista estava no Governo há já bastantes anos, mais 4 anos e poderia, eventualmente, já ter olhado para Sesimbra de outra forma e nomeadamente, para o Concelho e acrescentou que antigamente se falava da redução do IVA da eletricidade, mas o mesmo continuava a 23%. Referiu ainda outra questão que o PS falava “*até que a voz nos doa, não nos iremos calar enquanto a Escola Secundária da Quinta do Conde não for construída*” e era certo que continua só o terreno porque a escola, nem no papel estava e estes eram os exemplos de demagogia barata que não levava a lado nenhum e que não era com este tipo de comportamentos que se baixaria a abstenção e que tinha que se ter cuidado. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Presidente da CMS**, que disse que se para cada investimento do Governo necessário no Concelho de Sesimbra, se tivesse de gritar “*até que a voz nos doesse*”, estariam todos afónicos ou sem voz, independentemente de o Governo ser do PS ou do PSD. Relativamente ao estudo da “*Marktest*”, disse ser um índice de desenvolvimento municipal que era público e estava *on-line* e podia fazer-se comparações entre vários municípios. Sobre a NUT III, e sem querer discutir uma matéria que só por si daria uma discussão de uma Assembleia, disse que não poderia deixar de referir também, a exemplo de outras matérias igualmente importantes para a vida dos municípios e para a gestão Autárquica como por exemplo, a Lei de Finanças Locais, que tanto era culpa de quem propõe a prova como daqueles que não a retificavam e, infelizmente, neste momento tinha-se um quadro de intenções, generalizado, que ia desde o espectro do PCP que até propusera a Proposta de Resolução aprovada por unanimidade, ao PS que estava de acordo, ou o PSD que também aprovara uma Proposta de Resolução que não fora aprovada por unanimidade devido aos votos contra do PS, mas durante este período, não tinha sido bem assim porque tinha havido também estes “cataventos” e avanços e recuos sobre a questão da NUT III, sobretudo nos últimos anos e disse que tivera a oportunidade de participar num conjunto de reuniões com diversos Ministros e diversas Tutelas sobre esta matéria e o entendimento do Partido Socialista nem sempre fora claro sobre a reversão da Península de Setúbal para a unidade estatística. -----

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Em relação à questão colocada pelo Deputado João Rodrigues, disse que tinha tido a intenção de evidenciar que, da parte do MSU, aquilo que seriam as opções hoje e amanhã, poderiam nem ser as mesmas e tinha de se referir que quando as pessoas votavam no MSU, não sabiam aquilo que aconteceria amanhã.-----

-----Sobre as questões do Deputado Lobo da Silva, disse compreender e ter a certeza que, das questões colocadas sobre as novas pavimentações, reabilitação da rede viária no concelho de Sesimbra, onde se incluía a sinalização horizontal e o esforço que tinha sido feito, reconhecia que, até agora, não era totalmente eficiente, sobretudo na questão da limpeza e higiene urbana e com a questão dos monos, resíduos verdes e a concentração de lixo em torno dos caixotes do lixo, mas não havia dúvida nenhuma que tinha havido uma melhoria e se havia uma das ferramentas que permitia hoje, não apenas interagir com os munícipes de forma mais célere, e que era a plataforma *Nós Sesimbra*, também era perceptível, em termos de áreas de intervenção e dos problemas reportados, quando é que as mesmas desciam e subiam e, sem margem para dúvidas que tinha havido uma redução e uma maior eficiência na resposta nesta matéria que não era, ainda, a ideal e a ótima mas garantiu que tinha sido um salto qualitativo enorme face àquilo que se tinha há 3 ou 4 anos atrás. Acrescentou que, reconhecendo que a reabilitação viária era uma delas, não podia deixar de referir que era também neste equilíbrio que aqui tinha sido levantado e que evidenciara visões diferentes sobre aquilo que deveriam ter sido prioridades do município, as intervenções no espaço público, particularmente, e tal como havia dito o Deputado João Pólvora, o reforço, também, do apoio às famílias e às empresas no contexto pandémico que se conseguira construir o equilíbrio, não descurando a manutenção do espaço público e a limpeza urbana e que a CMS continuava a dizer, face à incerteza que ainda se teria pela frente, e que os últimos dias tinham sido esse exemplo, a Autarquia estava preparada, se fosse necessário reforçar ainda mais ou ir mais longe nos apoios ou se fosse possível ir mais longe na manutenção do espaço público, isso iria ser feito, não colocando em causa a sustentabilidade financeira do município.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que disse ter ficado com dúvidas após a resposta a uma questão que tinha colocado relativamente à despesa com o pessoal e referiu o quadro nº 9 da página 19, onde esta despesa tinha evoluído meio milhão de euros face ao ano de 2019. Em relação à página 90, mencionou os gastos com pessoal com um quadro comparativo em trabalho extraordinário em que o aumento tinha sido, exatamente de meio milhão de euros e na sua opinião, algo não batia certo e era isso que queria saber. O Deputado aproveitou ainda a oportunidade para demonstrar a posição de Voto do Grupo Municipal do PS, que seria de abstenção, tendo em conta a análise feita aos

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

documentos e às GOP's e Orçamento. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Vereador José Polido** que disse que no POCAL, as horas extraordinárias eram durante a semana e que todas aquelas que eram realizadas ao sábado e domingo iam para outros abonos e neste momento, no SNC-AP, ia tudo para horas extraordinárias.-----

-----O **Presidente da CMS** disse que, por aquilo que percebia, poderia haver alguma “nuance” na nomenclatura do quadro. Disse que no quadro nº9 da página 19, havia um gráfico com evolução das despesas com o pessoal com um gráfico comparativo onde a evolução de 2019 para 2020 rondava meio milhão de euros e na página 90, nos gastos com pessoal, o custo com trabalho extraordinário tinha subido sensivelmente, meio milhão de euros. Referiu que aquilo que podia inferir é que esta evolução da despesa com pessoal do gráfico do quadro 9 da página 19 dizia respeito ao trabalho extraordinário com esta “nuance” referida pelo Vereador que, enquanto no POCAL, o trabalho extraordinário estava dividido em duas rubricas e eventuais abonos suplementares e agora estava tudo na mesma rubrica. Disse que provavelmente, as duas diziam respeito à mesma coisa e o número seria o mesmo e que a questão que se colocava era que a tabela da página 19 tinha a rubrica geral com as despesas com pessoal que tivera um aumento de cerca de 20 milhões de euros e qualquer coisa para outros 20 milhões, com uma diferença de cerca de meio milhão de euros e esse valor correspondia aos custos gerais da antiga rubrica “01”. Disse que na tabela da página 90, havia uma diferença nos gastos do trabalho extraordinário onde se tinha incluído aquilo que eram os abonos variáveis eventuais de meio milhão de euros, significando que uma parte significativa do aumento das despesas com o pessoal, ou seja, havia esta diferença porque o quadro da página 90 agregava, numa rubrica de trabalho extraordinário, aquilo que antes estava distribuído em duas rubricas, pelo menos, o que não significava que, olhando para essas mesmas rúbricas, houvesse uma diferença no trabalho extraordinário, estando-se a comparar só uma rúbrica com a mesma nomenclatura do POCAL e do SNC-AP, significando que o aumento com as despesas com o pessoal não incluía apenas o aumento do trabalho extraordinário, dito de uma forma geral, mas também o aumento com os salários. -----

-----Explicou ainda que, em 2020, a rúbrica do trabalho extraordinário no SNC-AP, tinha passado a incluir também este trabalho realizado ao fim-de-semana tinha passado de 538.528.00€ para 1.093.568€, significando que o trabalho extraordinário, quer fosse ao fim-de-semana ou durante os dias normais de semana, tinham tido uma redução de meio milhão de euros.-----

-----Após a votação, a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, apreciou o Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, de 2020, bem como

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

apreciou e aprovou, por **maioria**, com 15 votos a favor (12 CDU + 2 PSD + 1 BE) e 9 abstenções (7 PS + 2 MSU), os documentos de prestação de contas de 2020 e a aplicação dos resultados líquidos aprovados no exercício de 2020.-----

-----O **Deputado Sérgio Faias** interveio e disse que na reunião de Câmara, tinha havido uma separação das votações, ou pelo menos, estava uma separação diferente daquela que tinha sido feita hoje. -- -----

-----A **Presidente da AMS** disse que esta deliberação era aquela que, habitualmente, a Assembleia Municipal tomava, de acordo com a Lei que era, de facto, a apreciação do Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e a consequente deliberação no que dizia respeito à Prestação de Contas. Disse ainda recordar-se de, no ano passado, o Deputado também ter questionado a Mesa da AMS no sentido de perceber se poderia ser feita uma deliberação de forma diferente ao que a própria respondera, exatamente com a leitura da deliberação estipulada pela Lei. -----

-----O Grupo Municipal do MSU apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----

-----*“Conforme a lei determina, as contas foram apresentadas ao abrigo do novo normativo contabilístico, e como é evidente, qualquer alteração contabilística implica ajustamentos.*-----

-----*De acordo com os dados fornecidos, e basta ver a coluna relativa ao ano de 2019 no mapa da Demonstração de Resultados, que não está preenchida, por os dados não serem comparáveis, não é possível uma análise fiável da evolução das diferentes rubricas.* -----

-----*Do ponto de vista de enquadramento legal, esta votação encontra-se desprovida de razoabilidade, e este juízo de valor nada tem que ver especificamente com a Autarquia de Sesimbra e respetivo executivo.*-----

-----*As Assembleias Municipais apreciam (digamos positiva ou negativamente) o INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS, embora tal apreciação se traduza claramente numa avaliação política através de uma votação (a favor, contra ou abstenção) dada a natureza colegial do órgão autárquico.*-----

-----*Ora, tratando-se de uma apreciação política, como sucede com a atividade municipal ao longo do ano, e não uma aprovação de contas, parece-nos que o resultado desta votação não tem qualquer efeito prático, situação que mereceria por parte das forças políticas com assento nesta Assembleia e que, simultaneamente, têm assento na Assembleia da República uma análise mais profunda acerca do enquadramento legal desta votação.*-----

-----*Seja como for, causa-nos estranheza que para a apreciação (e não aprovação) do INVENTÁRIO DE*

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS por parte desta Assembleia Municipal, seja obrigatória a apresentação do Relatório de Conclusões e Recomendações da Auditoria, bem como o Parecer do Revisor Oficial de Contas e a Certificação Legal de Contas e, ao contrário, para a sua aprovação em reunião de Câmara, tal documentação não se afigure necessária. -----

-----Não deixa de ser curioso que alguns elementos que compõem o executivo camarário sejam chamados a votar sem terem qualquer envolvimento diário na gestão autárquica, ainda para mais tratando-se de cargos políticos resultantes de eleições assentes em projetos e pontos de vista muitas vezes bastante diferentes!-----

-----Não faz por isso sentido que os vereadores exerçam o seu direito de voto sem a presença daqueles documentos, nomeadamente os que não tem pelouros, até porque num universo de 308 câmaras municipais a nível nacional, não se pode afastar um putativo cenário de deteção de uma fraude ou outra irregularidade grave, com implicações relevantes em termos contabilísticos, por parte de um Auditor Externo ou um qualquer Revisor Oficial de Contas, na sequência do seu trabalho!-----

-----Pelo que, para salvaguarda da democracia e de todos aqueles vereadores sem intervenção direta na gestão autárquica, deveria ser obrigatório que os relatórios e pareceres do auditor externo e do Revisor Oficial de Contas acompanhassem os documentos contabilísticos submetidos a aprovação.”-----

-----O Grupo Municipal do PS apresentou uma Declaração de Voto que, apesar de ter sido solicitada, não foi enviada aos Serviços da AMS.-----

-----Não havendo mais nada a tratar, foi encerrado o “Período da Ordem de Trabalhos”, e dispensada a leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura.-----

-----Seguidamente, a Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão eram vinte e duas horas e quarenta e oito minutos do dia vinte e oito de junho de 2021.-----

-----Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer.-----

Ata nº 46 – Mandato 2017-2021